

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS

A MENTIRA NA POLÍTICA A PARTIR DE HANNAH ARENDT

CAMPO GRANDE

2024

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS

A MENTIRA NA POLÍTICA A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharelado em Ciências Sociais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

Objetivo do estudo: Obtenção do título de graduado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marta Nunes da Costa.

CAMPO GRANDE
2024

A minha inesquecível, amada e saudosa
mãe, Martina Dalvi dos Santos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

É com profunda gratidão que expresso meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para minha formação acadêmica e para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Primeiramente, agradeço aos docentes do Curso de Ciências Sociais da UFMS, em especial: Prof. Dr. André Dionei Fonseca, Prof. Dr. Álvaro Banducci Júnior, Prof. Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Prof. Dr. Aparecido Francisco dos Reis, Prof. Dr. Asher Brum, Prof. Dr. Cassio Pinho dos Reis, Prof. Dr. Daniel Estevão Ramos de Miranda, Prof. Dr. David Victor-Emmanuel Tauro (*in memoriam*), Prof.^a Dra. Elizabeth Bilange, Prof. Dr. Manoel Rebêlo Júnior, Prof.^a Dra. Mara Aline Ribeiro dos Santos, Prof.^a Dr^a Priscila Lini, Prof. Dr. Ricardo Luiz Cruz, Prof. Dr. Tiago Duque, Prof. Dr. Victor Garcia Miranda. Expresso minha especial gratidão à minha dedicada e gentil orientadora, Prof.^a Dr^a Marta Alves Nunes da Costa, pela dedicação, paciência e valiosas contribuições ao longo deste percurso. Agradeço ao Prof. Dr. Marcelo Augusto Santos Turine, reitor da UFMS, à Prof.^a Dra. Vivina Dias Sol Queirós, diretora da Faculdade de Ciências Humanas (FACH), e aos demais servidores da secretaria e da Unidade 13 pelo apoio irrestrito. Aos meus colegas de curso, em especial à turma de Ciências Sociais de 2021, agradeço a convivência enriquecedora e troca de experiências. Dedico este momento especial à minha família: Nilson e Martina Dalvi (*in memoriam*), meus irmãos Jorge, Júlio, Maria Inês e Marinalva, que contribuíram para a formação do meu caráter; à minha amada esposa Maria de Fátima, pelo apoio incondicional; aos meus filhos, Caio e Júlio; e aos meus netos Vitor e Bianca, que representam a esperança de um futuro melhor. Por fim, expresso minha profunda gratidão às obras que fundamentaram este trabalho, em especial às de Hannah Arendt, cuja perspicaz análise sobre a verdade e a política forneceu o alicerce teórico para esta pesquisa. As reflexões de Arendt sobre a mentira na esfera política não apenas inspiraram este estudo, mas também ampliaram minha compreensão sobre as complexidades da vida política contemporânea. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação acadêmica e para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

EPIGRAFE

Sempre se consideraram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista. (ARENDR, 2022, p. 322)

O sacrifício da verdade para a sobrevivência do mundo seria mais fútil do que o sacrifício de qualquer outro princípio ou virtude. Enquanto podemos nos recusar a indagar se a vida ainda seria digna de ser vivida em um mundo destituído de noções tais como justiça e liberdade, o mesmo, curiosamente, não é possível com respeito à ideia de verdade, aparentemente tão menos política. (ARENDR, 2022, p. 324)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a complexidade da mentira na política sob a perspectiva de Hannah Arendt, utilizando suas obras *Crises da república* (2019) e *Entre o passado e o futuro* (2022), além de *A Condição Humana* (2007) e *Origens do Totalitarismo* (1989) como suporte teórico. Arendt nos oferece uma reflexão profunda sobre a natureza da verdade e da falsidade, especialmente no contexto político. A partir das reflexões da autora, nosso propósito é apontar como a mentira não apenas distorce a realidade, mas também se torna uma ferramenta estratégica no discurso político, influenciando a percepção pública e moldando a ação coletiva. A filósofa sustenta que muitas vezes a verdade é abandonada em nome de interesses políticos, o que leva à desconfiança nas instituições e à erosão dos princípios democráticos. Portanto, a mentira não é apenas um engano; é uma construção que faz parte da dinâmica do poder e impacta as relações entre governantes e governados. Através de uma abordagem crítica, o trabalho examinará as consequências sociais e éticas da mentira na política, ressaltando o papel da narrativa na formação da opinião pública e na legitimação de regimes autoritários. Além de Arendt, serão abordados outros autores para apoiar suas ideias, permitindo uma análise mais ampla e contextualizada. Nossa intenção, ao término dessa jornada, é melhorar a compreensão das táticas políticas que envolvem a manipulação da verdade e suas consequências para a sociedade. Na conclusão, discutiremos a busca pela verdade, a dignidade humana e a responsabilidade dos agentes políticos, e a importância da verdade para construir uma democracia forte, destacando a importância de que os cidadãos observem cuidadosamente as ações enganosas.

Palavras-chave: Hannah Arendt – mentira – poder - política - verdade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. O VÉU DA ILUSÃO: HANNAH ARENDT E A MENTIRA NA POLÍTICA	8
2.1 A FRAGILIDADE DOS FATOS E O PODER DA MENTIRA: DESAFIOS DA VERDADE NA ESFERA PÚBLICA.....	8
2.2 A PRIMAZIA DA VERDADE FACTUAL E OS PERIGOS DA MENTIRA ORGANIZADA NA POLÍTICA	16
3. A TEIA DA MENTIRA: ESTRATÉGIAS E CONSEQUÊNCIAS	23
3.1 A LIBERDADE INDIVIDUAL E MANIPULAÇÃO POLÍTICA.....	24
3.2 O FANATISMO E A IDENTIDADE COLETIVA.....	26
3.3 A PSICOLOGIA DAS MASSAS E O IMPACTO DA PROPAGANDA	31
3.4 O CONCEITO DE SOBERANIA E A DISTINÇÃO ENTRE AMIGO E INIMIGO	33
3.5 A FABRICAÇÃO DO CONSENTIMENTO: VERDADE E MENTIRA NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	34
4. EM BUSCA DA VERDADE: ÉTICA E RESPONSABILIDADE	39
4.1 AS NUANCES DA RETÓRICA E DA REALIDADE.....	40
5. CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

Hannah Arendt (1906-1975) foi uma cientista política e filósofa americana nascida na Alemanha, conhecida por seus escritos críticos sobre assuntos judaicos e seu estudo do totalitarismo¹. Seu pensamento tem sido utilizado em uma variedade de áreas de estudos, como ciência política, filosofia, história e sociologia. Sua pesquisa sobre política é importante porque nos ajuda, entre outras coisas, a entender o que é o poder e como a liberdade afeta a sociedade. Ela reconhece que a política é uma forma de ação humana que tem como sua condição necessária a liberdade, pois só existe política quando as pessoas são livres para participar do processo político. Entendemos que sua análise sobre a mentira política é essencial para o pensamento político contemporâneo, pois como ela mesma afirma: “ao estudar o que é verdade e falsidade no discurso político, compreende-se que a mentira não é apenas uma distorção da verdade, mas também um poder capaz de desestabilizar a realidade política”. Entendemos que a mentira na política é um tema muito importante no momento, especialmente considerando as contribuições de Hannah Arendt sobre a conduta humana e a complexidade da verdade e da mentira no campo político.

O objetivo geral é fazer um estudo sobre como a mentira é usada e definida na política, a partir do pensamento arendtiano. Os objetivos específicos incluem a revisão da literatura sobre os conceitos de verdade e mentira política, bem como a realização de uma reflexão acerca da mentira na política, estabelecendo conexões com a sociologia política arendtiana.

Arendt, em *Origens do Totalitarismo* (1989), *A condição humana* (2007), *Crises da República* (2019) e *Entre o Passado e o Futuro* (2022), nos convida a compreender como a mentira se articula no tecido da política, suas estratégias e as consequências para a sociedade. A partir das ideias de Gloria Álvarez e Axel Kaiser em *O embuste populista: como os países da América Latina arruinaram-se e como resgatá-los* (2019). Além disso, discutiremos o fanatismo e a identidade coletiva tratados por Eric Hoffer em *Fanatismo e Movimentos de Massa* (1968) e a psicologia das massas e o impacto da propaganda, baseado nas observações de Sergei Tchakhotine em *A mistificação das massas pela propaganda política* (1967). Analisaremos a diferença entre amigos e inimigos, ideia desenvolvida por Carl Schmitt em *O conceito do político - Teoria do Partisan* (2009) e

¹ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Hannah-Arendt>. Acesso em: 12 set. 2024.

exploraremos como a mídia e a propaganda trabalham para moldar a opinião pública, favorecendo interesses corporativos e políticos, a partir da obra *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*² (1988), de Noam Chomsky e Edward S. Herman. Essas diversas concepções serão conectadas com as reflexões políticas de Hannah Arendt, que ao analisar a conduta humana, nos proporciona uma perspectiva pela qual podemos compreender a complexidade da mentira na política. Além disso, este TCC explorará a importância da política para a existência da liberdade e a mentira como *modus operandi* do estado total, conforme abordado por Marta Nunes da Costa em *Despotismos democráticos* (2021).

Portanto, a justificativa para este TCC reside na importância do pensamento de Hannah Arendt para entender a mentira na política, bem como na atualidade do assunto, levando em conta os desafios e as repercussões da mentira no contexto político atual.

2. O VÉU DA ILUSÃO: HANNAH ARENDT E A MENTIRA NA POLÍTICA

Nosso objetivo neste capítulo é explicar de forma clara e organizada, sob a perspectiva de Hannah Arendt, como a mentira é utilizada na política³ para manipular e controlar, distorcendo os fatos para beneficiar interesses específicos. Também abordaremos as consequências dessa prática para a sociedade e a democracia.

2.1 A FRAGILIDADE DOS FATOS E O PODER DA MENTIRA: DESAFIOS DA VERDADE NA ESFERA PÚBLICA

Antes de iniciarmos nossa jornada através das ideias de Hannah Arendt sobre a mentira na política, é crucial entendermos alguns conceitos da autora. Para ela (ARENDR, 2007, p.17) “o mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens constantemente condicionam, no entanto, os seus produtores humanos”, ou seja, o mundo é o espaço da diversidade, onde indivíduos coexistem, não apenas em uma sequência temporal, mas em uma interação contínua. Diz a autora (ARENDR, 2007, p. 15) que “a ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens,

² Tradução livre: Consentimento de fabricação: a economia política dos meios de comunicação de massa.

³ Segundo Arendt (2007, p. 345) “a política é baseada na pluralidade, e sua tarefa é fazer com que o mundo que queremos compartilhar entre nós e nossos iguais esteja lá entre nós”.

e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”; e "a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá”. Estas citações destacam como Arendt vê a política, essencialmente ligada à pluralidade humana e como o mundo é moldado pela interação entre indivíduos diversos. Desse modo, para a autora, a diversidade e a pluralidade são fundamentais para a existência humana. Ela afirma ainda que (ARENDR, 2007, p. 15) "a política é baseada na pluralidade, e sua tarefa é fazer com que o mundo que queiramos compartilhar entre nós e nossos iguais esteja lá entre nós”; e "todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, mas essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a conditio: “*sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política”; isto é, para a autora, a ação, atividade política por excelência, é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, que encontra na pluralidade a sua condição prévia, mas também sua razão de ser.

Tratei de política como se eu acreditasse que todas as questões públicas são governadas por interesse e pelo poder, e que haveria sequer um âmbito político caso fossemos obrigados a cuidar das necessidades da vida. O motivo dessa deformação é que a verdade factual entra em conflito com o político apenas a esse baixíssimo nível de assuntos humanos [...] Dessa perspectiva, continuamos inscientes do verdadeiro conteúdo da vida pública - da recompensadora alegria que surge de estar em companhia de nossos semelhantes, de agir conjuntamente e aparecer em público, de nos inserirmos no mundo pela palavra e pelas ações, adquirindo e sustentando assim nossa identidade pessoal e iniciando algo inteiramente novo [...] toda esfera, não obstante sua grandeza, é limitada - ela não abarca a totalidade da existência do homem e do mundo. Ela é limitada por aquelas coisas que os homens não podem modificar à sua vontade (ARENDR, 2022, p. 366-367).

Nesta reflexão, a autora examina a natureza da política, a verdade factual e a essência da vida pública, desafiando a ideia de que poder e interesse determinam todos os problemas públicos. Assim, ela propõe que a política não deve ser reduzida a objetivos egoístas, mas sim vista como um objetivo final. Em questões de necessidades básicas, ela acredita que a verdade factual e o político estão em conflito e destaca que a política não pode ser reduzida a preocupações materiais⁴. No entanto, a política vai além das necessidades materiais, abrangendo também a vida em comunidade, a presença de outros, a colaboração e a identidade individual.

⁴ Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, entende que a política transcende as necessidades materiais e se fundamenta na ação e na interação humana. Para ela, a verdade factual pode entrar em conflito com as dinâmicas políticas, pois a esfera pública deve ser um espaço de deliberação e pluralidade, onde as preocupações humanísticas e éticas prevalecem sobre interesses puramente materiais. Assim, a política não deve ser reduzida a uma mera luta por necessidades básicas, mas sim entendida como um campo de construção de significados e valores coletivos.

Arendt sustenta que a política implica na ação coletiva e na exposição pública, proporcionando uma satisfação gratificante e fortalecendo nossa identidade pessoal. Assim, a escritora admite que toda esfera política, mesmo a mais grandiosa, possui limitações, uma vez que existem aspectos que os humanos não têm a capacidade de alterar livremente. Essa restrição forma a nossa vivência política.

Arendt (2022, p. 352) ainda ressalta a relevância da verdade na política e na mudança social, argumentando que, em um contexto em que a falsidade predomina em temas relevantes, aquele que expressa a verdade começa a agir e se engajar com as questões políticas. Significa afirmar que a verdade e a falsidade são empregadas como ferramentas de poder⁵ e transformação social, pois os detentores do poder frequentemente recorrem à distorção da informação para moldar a opinião pública e manter seu domínio sobre os demais. Em contrapartida, aqueles que aspiram a mudar o mundo frequentemente se deparam com o desafio de confrontar as falsidades e manipulações presentes no âmbito público.

Arendt (2022, p. 349) argumenta que a característica distinta da verdade factual é que seu oposto não é o erro, a ilusão ou a opinião, que não refletem a veracidade pessoal, mas a falsidade intencional, a mentira. Isso ocorre porque fatos e acontecimentos não são autoevidentes⁶, necessitando de um testemunho confiável para serem mantidos. Esta é a característica fundamental dessas verdades factuais. Por outro lado, um fato é uma declaração ou proposição que pode ser confirmada como verdadeira ou falsa, representando uma realidade objetiva que existe independentemente da percepção ou compreensão humana. Por exemplo, pode-se comprovar experimentalmente que a água ferve a 100 graus Celsius ao atingir o nível do mar. Por outra perspectiva, um evento é um acontecimento específico que acontece em um tempo e espaço específico. Ele pode ser descrito, mas não se restringe a isso, pois engloba uma série de ações ou alterações que acontecem em um contexto temporal específico. Por exemplo, podemos descrever a

⁵ Hannah Arendt baseia o conceito de poder no consentimento, e não na violência. Para ela (ARENDR, 2001, p.34) o poder está sempre relacionado a uma dinâmica de consentimento, na qual as instituições se sustentam pelo apoio do povo. Nesse sentido, o poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido.

⁶ Quando algo não requer prova ou explicação adicional para ser aceito como verdadeiro, é considerado autoevidente. É uma verdade que se impõe por si mesma, clara e indiscutível. Por exemplo, a afirmação "Todos os seres humanos são mortais" pode ser vista como uma afirmação autoevidente porque é amplamente aceita e entendida sem necessidade de justificação.

Revolução Francesa de 1789, mas sua interpretação e sentido podem diferir conforme o contexto histórico.

A verdade factual relaciona-se sempre com outras pessoas: ela diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade (ARENDR 2022, p. 335).

Ao declarar que a verdade factual está invariavelmente ligada a outras pessoas, Arendt destaca que os fatos não são independentes; são formados e reconhecidos em contextos coletivos. Isso implica que a validação da verdade factual muitas vezes requer a presença de testemunhas e a confirmação recíproca, o que reforça a noção de que a verdade é uma construção social. Além disso, a menção ao fato de que a verdade factual "existe apenas na medida em que se fala sobre ela" sugere que a comunicação e o discurso são cruciais para sua perpetuação e reconhecimento. A verdade, mesmo nas esferas mais íntimas, é moldada por interações sociais, já que a percepção e a interpretação dos acontecimentos são frequentemente compartilhadas e debatidas. Esta visão da escritora destaca a relevância do diálogo e do debate público na construção da verdade, uma vez que a compreensão do que é verdadeiro é um processo coletivo, que ocorre em um ambiente onde diversas vozes e vivências se cruzam. Assim, a realidade factual não se limita a dados objetivos, mas também à maneira como esses dados são interpretados, debatidos e validados pela sociedade.

A autora aborda detalhadamente a dicotomia entre ação e verdade em sua obra literária. Segundo Arendt (2022, 350) “o mentiroso é um homem de ação, ao passo que o que fala a verdade, quer ele diga a verdade factual ou racional, notoriamente não o é”.

A filósofa propõe que existe uma diferença significativa entre aqueles que agem com base na falsidade e aqueles que se dedicam à verdade. Segundo ela, a verdade factual se refere a informações passíveis de verificação e confirmação através de provas objetivas, fundamentadas em dados tangíveis e realidades visíveis. Ou seja, baseia-se em dados e informações que podem ser verificados e confirmados independentemente de opiniões ou interpretações pessoais, e é respaldada por evidências tangíveis e palpáveis, tais como documentos, depoimentos e registros históricos. Depois de estabelecida, a verdade factual costuma se manter inalterada, independentemente das interpretações ou histórias que possam surgir em sua volta.

Arendt afirma que, embora o mentiroso possa ser considerado um agente de transformação, aquele que se empenha na verdade frequentemente fica à margem das decisões. A escritora defende que o mentiroso é um indivíduo ativo, ao passo que aquele

que expressa a verdade, seja ela factual ou racional, geralmente não é. Assim, ela compreende que, para convencer na esfera política, frequentemente é preciso fazer longas digressões para esclarecer como ela serve aos interesses de um grupo específico. Arendt destaca que o mentiroso tem a vantagem de estar constantemente no centro da política, pois afirma o que não é, com a intenção de mudar o mundo.

Se o que fala a verdade factual quiser desempenhar um papel político e, portanto, ser persuasivo, o mais das vezes terá que entrar em digressões consideráveis para explicar por que sua verdade particular atende aos melhores interesses de algum grupo (ARENDR, 2022, p. 350).

Para a autora, o mentiroso tira proveito da capacidade humana de agir e transformar a realidade, usando a mentira como uma ferramenta para alcançar seus objetivos. Por outro lado, quando alguém se esforça para dizer a verdade no cenário político, enfrenta desafios, pois precisa equilibrar sua honestidade com os interesses parciais e a dinâmica de poder em jogo.

Arendt (2022, p. 322) observa que, embora a verdade e a política possam parecer incompatíveis, a sinceridade nunca foi reconhecida como uma virtude política⁷ essencial. A política é uma atividade que envolve a tomada de decisões coletivas e, portanto, está sempre sujeita a interesses e conflitos. Nesse contexto, a verdade pode ser vista como uma ameaça à estabilidade do poder e à manutenção do *status quo*. Por isso, os políticos são, eventualmente, incentivados a mentir ou a omitir informações para alcançar seus objetivos. No entanto, essa postura não é vista como uma virtude pelos cidadãos, que esperam transparência e honestidade por parte de seus representantes. Nesse sentido, a política é uma arena onde interesses, conflitos e estratégias se entrelaçam, e a verdade pode ser manipulada ou omitida na esfera política, como por exemplo a desinformação climática. Essa tensão entre a necessidade de manter o poder e a expectativa de sinceridade por parte da sociedade é um dos desafios da política contemporânea, por motivos diversos, entre eles, quando os detentores do poder, sejam eles políticos, líderes empresariais ou autoridades, muitas vezes enfrentam a pressão de manter sua posição, e isso pode levar a decisões estratégicas que priorizam a consolidação do poder em detrimento da transparência e da verdade.

Constantemente a política é tratada como um campo de batalha de interesses parciais e antagônicos, onde apenas prazer, lucro, partidarismo e ânsia de domínio importam. Arendt argumenta que, ao focarmos apenas nesse nível superficial da política,

⁷ Arendt vincula a política ao *logos*, entendido como uma espécie de razão comum compartilhada pelos seres humanos através da palavra.

perdemos de vista o verdadeiro conteúdo da vida política, que está na recompensadora alegria de estar na companhia de nossos semelhantes, agir conjuntamente e aparecer em público. É através da palavra e das ações que adquirimos e sustentamos nossa identidade pessoal e iniciamos algo novo.

Em um mundo permeado por incertezas e questionamentos constantes, Arendt (2020, p.16) considera que, ao contrário da verdade matemática e da certeza de que dois e dois são quatro, nenhuma afirmação factual pode estar completamente além da dúvida, nem mesmo aquelas que parecem seguras. A dúvida é um elemento fundamental no processo da busca pela verdade, pois nos leva a questionar, investigar e avaliar as afirmações que são apresentadas como fatos. A dúvida também desafia a autoridade e o poder estabelecido, permitindo que diferentes perspectivas e interpretações sejam consideradas. No entanto, é importante reconhecer que a dúvida também pode ser usada como uma ferramenta de manipulação e desinformação. Em certos contextos, a dúvida pode ser explorada para semear confusão e minar a confiança na verdade factual.

Arendt (2022, p. 332) destaca a observação de Madison⁸ sobre a importância do raciocínio sólido de uma mente, contrastando-a com a realidade contemporânea onde a força da opinião é muitas vezes medida pela quantidade de pessoas que compartilham uma crença comum.

Se os homens fossem anjos nenhuma espécie de governo seria necessária. Se fossem os anjos a governar os homens, não seriam necessários controles externos nem internos sobre o governo. Ao construir um governo em que a administração será feita por homens sobre outros homens, a maior dificuldade reside nisto: primeiro é preciso habilitar o governo a controlar os governados; e, seguidamente, obrigar o governo a controlar-se a si próprio (HAMILTON & MADISON, 2011, p. 469).

A autora entende que o deslocamento da verdade racional para a opinião implica uma mudança do homem no singular para os homens no plural. Isso significa dizer que a formação da opinião pública é um processo coletivo, que envolve a interação entre indivíduos e grupos sociais. Dessa maneira, a verdade deixa de ser uma questão de raciocínio individual para se tornar um caso de consenso coletivo. Essa mudança tem implicações importantes na política e na sociedade como um todo, porque a força da

⁸ James Madison destacou a importância do raciocínio sólido de uma mente, bem como a importância do governo como um meio de controlar o poder humano e proteger os direitos individuais, pois devido à natureza humana, o governo é necessário para regular as ações dos cidadãos e dos próprios governantes, já que nem todos agem como anjos. Ele enfatiza que, em um sistema governamental composto por seres humanos, é essencial estabelecer um governo que possa controlar tanto os governantes quanto os governados, garantindo assim o cumprimento das obrigações e a preservação dos direitos.

opinião passa a ser determinada pela confiança do indivíduo no número dos que ele supõe que nutram as mesmas opiniões. Essa mudança pode, ainda, ser vista como uma oportunidade para a participação democrática e para a construção de consensos coletivos.

Em relação à essência imutável da verdade e sua presença onipresente em nossas vidas, segundo Arendt (2022, p. 366) “conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós”.

A autora considera a verdade como um fundamento inalterável, o solo firme sob nossos pés e um horizonte infinito que se estende acima de nós, guiando nossos princípios e ações. Ela destaca que a linguagem desempenha um papel fundamental nesse processo, transmitindo e legitimando narrativas que sustentam a noção de verdade em uma sociedade ou cultura específica, pois é através da linguagem, que as experiências e os fatos são comunicados, interpretados e contextualizados, permitindo que as narrativas se formem e se solidifiquem para que as experiências e os eventos sejam compartilhados entre indivíduos. Assim, ao contar histórias e relatar fatos, por exemplo, as pessoas criam narrativas que ajudam a moldar a compreensão coletiva da realidade, e essas narrativas podem influenciar a percepção do que é considerado verdadeiro em uma cultura ou sociedade. Para a autora, a política é o espaço onde as pessoas se manifestam publicamente, expressam suas opiniões e exercem sua capacidade de agir.

Em uma sociedade onde a verdade é frequentemente mascarada pela retórica e o real é ofuscado pelo fictício, Arendt afirma (ARENDR, 2019, p. 16) que “a falsidade deliberada trata com os fatos contingentes; ou seja, com coisas que não trazem em si nenhuma verdade inerente, nenhuma necessidade de ser como são”. A autora entende que a falsidade deliberada lida com fatos, que são sempre contingentes, ou seja, com coisas que não possuem uma verdade inerente ou uma necessidade de serem como são. Isso torna os fatos vulneráveis à distorção, negação e esquecimento. Para ela, a veracidade dos fatos depende do testemunho e das testemunhas confiáveis para se estabelecerem e encontrarem um lugar seguro no domínio dos assuntos humanos. No entanto, a fragilidade dos fatos torna o embuste político fácil e tentador, pois as mentiras muitas vezes são mais plausíveis e apelativas à razão do que a própria realidade, pois o mentiroso sabe de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir. Para a autora, a manipulação da verdade e a disseminação de mentiras podem ser estratégias utilizadas para obter vantagens políticas, influenciar a opinião pública e manter ou conquistar o poder.

Arendt (2022, p. 362) compreende que embora a verdade possa parecer frágil e

destinada à derrota diante do poder, ela carrega consigo uma força singular e inegável. A persuasão e a violência podem até tentar aniquilá-la, porém, incapazes são aqueles que detêm o poder de conceber um substituto legítimo para a verdade. Com isso, a autora expõe que a persuasão e a violência podem destruir a verdade, mas não conseguem encontrar um substituto viável para ela, que se aplica não apenas à verdade factual, mas também à verdade racional e religiosa.

Arendt (2022, p. 365-366) evidencia que a realidade vai além da totalidade dos fatos e ocorrências, pois essa totalidade é inverificável, já que aquele que narra uma história sobre o que é, na verdade, está dando um sentido compreensível aos fatos particulares. Ela ressalta que tanto as desgraças quanto a alegria e a felicidade se tornam significativas quando são contadas em forma de uma história. O contador de histórias, seja ele historiador ou escritor de ficção, realiza uma reconciliação com a realidade ao converter a matéria-prima de uma simples ocorrência em uma narrativa compreensível. Nessa circunstância, a função política do contador de histórias é instruir as pessoas a aceitarem as coisas como são. A aceitação origina a habilidade de julgar, possibilitando a avaliação e reavaliação dos acontecimentos. Essas responsabilidades políticas são executadas fora do contexto político e requerem a ausência de interesses individuais.

Arendt (2022, p. 333) alerta para a realidade perturbadora de que, mesmo em sociedades livres, verdades inconvenientes são frequentemente relegadas ao reino das opiniões, sujeitas à interpretação e ao debate. Ela expõe que, nos países livres, as verdades factuais inoportunas podem ser toleradas, mas frequentemente são transformadas em opiniões consciente ou inconscientemente. Isso denota que a política e os interesses individuais podem influenciar a percepção e a interpretação dos fatos históricos. A autora aponta que quando verdades factuais se tornam questões de opinião, a realidade é distorcida, tornando difícil se chegar a consensos sobre o passado, o que pode ter implicações políticas significativas, pois é fundamental entender corretamente os fatos históricos para evitar cometer os mesmos erros, contribuindo dessa maneira na construção de uma sociedade mais justa e informada. Nesse sentido, a forma como as informações são disseminadas na esfera pública pode afetar a transformação de verdades factuais em opiniões, já que a disseminação de narrativas distorcidas, o uso de meios de comunicação manipuladores e a falta de acesso a fontes confiáveis de informação podem contribuir para essa transformação.

Arendt (2022, p. 340) revela que a formação de opinião é influenciada pelos outros e como a capacidade de se libertar dos interesses privados pessoais é essencial para

exercer uma imaginação crítica e representar os demais. Nesse sentido, a autora entende que a formação de opinião não ocorre em um vácuo, mas é determinada por aqueles em cujo lugar alguém pensa e utiliza sua própria mente. Mesmo quando nos isolamos para formar uma opinião, permanecemos inseridos em um mundo de interdependência universal, onde podemos nos tornar representantes de todos os outros. Contudo, isso requer desinteresse, ou seja, a liberação dos interesses privados pessoais. É essa capacidade de se libertar dos interesses individuais que permite exercitar a imaginação crítica e considerar diferentes perspectivas. Arendt aponta que é comum as pessoas formarem opiniões baseadas apenas em seus próprios interesses ou nos interesses do grupo ao qual pertencem, que ocorre devido à falta de imaginação e à incapacidade de julgar de forma imparcial. No entanto, a qualidade autêntica de uma opinião, assim como de um julgamento, depende do grau de imparcialidade presente.

2.2 A PRIMAZIA DA VERDADE FACTUAL E OS PERIGOS DA MENTIRA ORGANIZADA NA POLÍTICA

Arendt (2019, p. 15) entende que a capacidade humana de imaginar é uma faculdade poderosa que nos permite não apenas conceber mundos diferentes do nosso, mas também moldar ativamente a realidade em que vivemos. Ela sugere que a imaginação é a fonte tanto da capacidade de negar a verdade quanto da de agir e alterar a realidade e que a mentira e a ação têm suas raízes na mesma fonte: a imaginação. A autora aponta que a ação humana envolve iniciar algo novo, mas para isso é necessário remover ou destruir algo que já estava estabelecido. Para ela, essa capacidade de mudar está ligada à nossa capacidade de imaginar que as coisas poderiam ser diferentes do que são na realidade. Dessa maneira, a capacidade de mentir e de agir estão interligadas, pois ambas dependem da imaginação. Além disso, a liberdade mental de negar ou afirmar a existência é essencial para que a ação seja possível. Assim, a ação é considerada a substância da política. A capacidade de negar ou afirmar a existência implica na possibilidade de questionar o *status quo*, de imaginar alternativas e de agir com base nessas percepções. É por meio dessa liberdade mental que os indivíduos podem desafiar as estruturas estabelecidas e buscar mudanças sociais. No entanto, essa mesma liberdade mental também permite a manipulação da verdade e o surgimento da mentira na política.

Arendt (2019, p. 15) ao questionar a relação entre a ação humana, a capacidade de imaginação e a liberdade mental, afirma que “a negação deliberada da verdade dos fatos - isto é, a capacidade de mentir - e a faculdade de mudar os fatos - a capacidade de agir -

estão interligadas; devem suas existências à mesma fonte: imaginação”. Para a autora, a capacidade de mentir está intrinsecamente ligada à imaginação humana e a possibilidade de distorcer a realidade para atender a interesses particulares ou políticos. A mentira pode ser utilizada como uma estratégia de poder para manipular a opinião pública, desacreditar oponentes ou justificar ações questionáveis. Nesse contexto, a relação entre mentira e política torna-se complexa, pois, por um lado, a liberdade mental de negar ou afirmar a existência é fundamental para a ação política legítima e para a busca de transformações sociais; por outro lado, a mentira na política pode minar a confiança nas instituições democráticas e prejudicar o funcionamento saudável da sociedade.

A verdade é um pilar fundamental da sociedade e da governança, mas sua relação com a política é frequentemente marcada por tensões e conflitos. Segundo Arendt (2022, p. 322) “sempre se consideraram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista”. A autora aborda essa relação complexa, destacando as consequências de um ambiente onde a mentira se torna endêmica. Em sua análise, Arendt considera o impacto da desonestidade não apenas na esfera política, mas também em nossa realidade coletiva, e alerta sobre os perigos de um mundo onde a verdade é sacrificada. Desse modo, Arendt (2019, pp. 16-17) compreende que, em circunstâncias normais, o mentiroso é derrotado pela realidade, pois não há substituto para ela; por mais elaborada que seja a rede de falsidade que um mentiroso experiente possa criar, ela nunca será suficientemente grande para cobrir toda a imensidão dos fatos. No entanto, a autora ressalta que o embuste permanente pode ser contraproducente; isto é, chega um ponto em que a mentira se torna tão generalizada e aceita que a plateia a qual as mentiras são dirigidas é forçada a menosprezar completamente a linha demarcatória entre verdade e falsidade para sobreviver. Nesse momento, a verdade confiável desaparece por completo da vida pública, prejudicando a estabilidade dos assuntos humanos e evidenciando os perigos da manipulação da verdade e da disseminação sistemática de mentiras na política. A autora lembra que, nas experiências totalitárias do passado, é possível verificar como os líderes confiavam no poder da mentira para reescrever a história e moldar a realidade de acordo com suas ideologias, resultando em uma sociedade onde a verdade é distorcida ou negada e a confiança nas instituições é minada.

Para examinar as ações dos governantes e suas associações com a verdade e a realidade, Arendt (2019, p. 14-15) busca estabelecer as relações entre sigilo, embuste e política ao longo da história. Ela aponta que o sigilo e a mentira deliberada têm sido

considerados meios legítimos para alcançar fins políticos e que a veracidade nunca foi uma virtude valorizada no cenário político, pois para muitos governantes e líderes políticos, a manutenção do poder e a conquista de objetivos políticos muitas vezes superam a importância da verdade e da transparência. Além disso, ao longo da história, a manipulação da informação e a criação de narrativas convenientes sempre foram estratégias empregadas para consolidar o poder e manter o controle sobre a sociedade. Assim, a autora busca evidenciar como esses elementos estão interligados e como têm sido empregados para alcançar fins políticos, mesmo que isso envolva a manipulação da verdade e a disseminação de mentiras.

Quanto às práticas antigas e persistentes de sigilo e engano no teatro da política, a autora lembra que, desde os tempos mais remotos, o sigilo foi mascarado como discrição e os mistérios do governo foram aceitos como parte integrante do Estado. Ao analisar as relações de poder e a dinâmica entre governantes e governados, Arendt (2019, p. 14) sugere que o sigilo, a discrição e os mistérios do governo são estratégias utilizadas para exercer controle sobre a informação e, conseqüentemente, sobre a sociedade. Para ela, essas práticas revelam uma desigualdade de acesso à informação, onde os detentores do poder têm o privilégio de conhecer e decidir sobre questões importantes, enquanto o público em geral é mantido na ignorância. A autora aponta que a utilização do embuste, da falsidade deliberada e da mentira descarada, como meios legítimos para alcançar fins políticos, levanta questões sobre a integridade dos governantes e a confiança depositada neles, pois essas práticas podem minar a confiança pública na política e gerar um sentimento de desilusão e descrença nas instituições políticas. Embora a autora reconheça que essas práticas são legítimas no contexto político, ela também alerta para os riscos associados, pois o problema está na desigualdade de acesso à informação. Quando apenas os detentores do poder têm conhecimento privilegiado, a sociedade como um todo fica em desvantagem e incapaz de tomar decisões informadas - decisões tomadas com base em informações completas, precisas e relevantes, onde a pessoa que decide tem acesso a todos os dados e conhecimentos necessários para avaliar as opções disponíveis e entender as possíveis conseqüências de cada escolha. Arendt não nega que a mentira possa ser usada como meio legítimo para alcançar fins políticos. Porém, ela ressalta que essa justificativa deve ser cuidadosamente avaliada, uma vez que a mentira pode ser considerada legítima quando serve a um bem maior, como a proteção da segurança nacional ou a manutenção da estabilidade social. Contudo, os limites para a mentira na política estão relacionados à sua intenção e impacto. Em relação à intenção, a falsidade

não deve ser empregada para ludibriar ou manipular a sociedade de maneira prejudicial. Isso ocorre porque a mentira pode prejudicar pessoas - aqueles que são enganados podem sofrer prejuízos financeiros, danos à reputação ou tomar decisões de vida baseadas em suposições errôneas -, grupos - a divisão ou manipulação de comunidades pode levar a conflitos internos ou externos -, ou a sociedade em geral - a confiança nas instituições democráticas, na mídia e nas lideranças pode ser afetada. E em relação ao impacto, quando a mentira compromete a confiança pública, mina a democracia ou prejudica os direitos individuais, ela ultrapassa os limites aceitáveis. Nesse sentido, quando a mentira é usada para enganar ou manipular, ela pode levar à disseminação de informações falsas, o que pode levar as pessoas a tomar decisões erradas, afetando suas vidas e escolhas; quebrar a confiança nas instituições, nos líderes e na própria sociedade, dificultando a coesão social e a colaboração; e acirrar divisões entre grupos, causando conflitos e polarização, prejudicando a harmonia social. A mentira também pode ser usada em nome do "bem comum", o que pode levar a um dilema ético complexo, já que embora algumas mentiras possam ser justificadas para proteger a segurança nacional ou a estabilidade social, essa justificativa deve ser examinada com cuidado, porque o que é considerado "bem comum" pode ser subjetivo e variar de acordo com perspectivas políticas e sociais. As chances de usar a mentira em nome do bem comum podem permitir abusos de poder e assim, em vez de realmente promover o bem-estar coletivo, líderes podem manipular a narrativa para justificar ações que beneficiem a si mesmos ou a um grupo específico. Uma mentira pode parecer útil no curto prazo, mas a longo prazo pode ser devastadora, visto que a normalização da desinformação e a erosão da confiança podem gerar um ciclo perigoso que prejudica a própria noção de "bem comum". Diante disso, Arendt diz que, embora a mentira possa ser usada para fins políticos, sua legitimidade deve ser questionada e avaliada continuamente, pois a intenção por trás da mentira, seus possíveis efeitos e consequências para a sociedade são elementos essenciais que devem ser considerados.

Para Arendt, na era atual, a reescrita da história e a criação de imagens têm o objetivo de moldar a percepção pública, mesmo que isso signifique negar ou negligenciar fatos estabelecidos.

Todas essas mentiras, quer seus autores o saibam ou não, abrigam um germe de violência; a mentira organizada tende sempre a destruir aquilo que ela decidiu negar, embora somente os governos totalitários tenham adotado conscientemente a mentira como o primeiro passo para o assassinato (ARENDR, 2022, p. 353-354).

Para apoiar sua afirmação, a autora cita o exemplo de Leon Trotsky, que teve um papel importante na Revolução Russa de 1917, mas foi excluído dos eventos por causa de seus conflitos com Stalin. Essas manipulações são expostas ao público de maneira mais clara do que nunca usando métodos contemporâneos de comunicação de massa, como a distração⁹.

Arendt (2022, p. 353) chama a atenção para o paradoxo que existe na reescrita da história sob o ponto de vista daqueles que a presenciaram, mostrando como a distorção dos fatos pode ser usada para exercer poder e controle. A mentira política tradicional é muito comum na diplomacia e na prática política. Isso se refere a segredos verdadeiros e informações que nunca foram reveladas ao público ou a intenções que não são tão confiáveis quanto os fatos concretos; assim como tudo o que ocorre internamente é apenas atos em potência¹⁰, e o que se pretendia ser uma mentira pode, afinal, provar-se verdadeiro. Em contrapartida, a falsidade política moderna consegue tratar de assuntos que não são secretos, mas que quase todos têm conhecimento. Isso se torna evidente quando a história é recontada para aqueles que presenciaram tudo. Essa dinâmica também se aplica à produção de imagens de todos os tipos, onde qualquer fato conhecido e confirmado pode ser ignorado ou omitido se comprometer a imagem desejada. Afinal, uma imagem, ao invés de um retrato tradicional, deve oferecer um substituto apropriado para a realidade. Ademais, a autora cita exemplos de Charles de Gaulle e Adenauer para sustentar esse argumento, pois ambos construíram suas políticas com base em informações aparentemente verdadeiras, mas que podem conter enganos: de Gaulle afirmou que a França era uma das grandes potências após a última guerra e que era uma das vitoriosas. Adenauer, por outro lado, afirmou que o Nacional-Socialismo destruiu apenas uma fração pequena da nação. Um exemplo moderno dessa dinâmica são as *fakes news* que, num contexto de eleições, se reflete na propagação de informações enganosas sobre candidatos, partidos ou questões políticas com o objetivo de manipular a opinião pública. Essa prática é particularmente prevalente nas redes sociais, onde notícias falsas se espalham rapidamente.

⁹ Quando a mídia frequentemente direciona a atenção do público para temas irrelevantes ou banais, como eventos esportivos, celebridades ou fofocas, mantendo as mentes das pessoas ocupadas para desviar o foco de questões importantes.

¹⁰ Em sua obra "Metafísica" especificamente no Livro IX, Aristóteles investiga as noções de ato e potência. Ele examina essas ideias ao explicar que o ato é a expressão concreta da existência, enquanto a potência diz respeito ao conjunto de capacidades latentes que um ser pode vir a realizar.

A partir da ideia das imagens criadas para consumo doméstico e as consequências da autoilusão na sociedade contemporânea, Hannah Arendt diz:

O esforço principal tanto do grupo enganado como dos próprios enganadores tenderá a se dirigir no sentido de manter a imagem de propaganda intacta, e esta é menos ameaçada pelo inimigo e por interesses hostis concretos do que por aqueles que, dentro do próprio grupo, lograram escapar a seu fascínio e insistem em falar sobre fatos ou ocorrências que não se encaixam na imagem (ARENDR, 2022, p. 357).

A autora entende que essas imagens podem se tornar uma realidade para seus próprios criadores, que se envolvem no pensamento da quantidade potencial de vítimas que serão afetadas por suas mentiras. A autoilusão é um fenômeno em que tanto os enganadores quanto o grupo enganado se esforçam para manter a imagem de propaganda intacta, mesmo que fatos ou ocorrências não se encaixem nessa narrativa. Segundo a autora, a história contemporânea está repleta de exemplos em que aqueles que diziam a verdade factual eram considerados mais perigosos e hostis do que os verdadeiros adversários. A autoilusão tem o poder de transformar um conflito externo em um problema interno, trazendo questões internacionais para o palco da política doméstica. Durante a Guerra Fria, as autoilusões praticadas por ambos os lados são exemplos relevantes desse fenômeno¹¹.

Sobre o sistema atual de comunicação mundial e a efemeridade das imagens criadas nesse contexto, Arendt (2022, p. 358) compreende que não existe uma potência capaz de tornar sua imagem irrefutável, o que significa que as imagens têm uma probabilidade de vida relativamente curta. Ela sugere que mesmo antes de serem desmascaradas como fraude, as imagens são constantemente perturbadas e desafiadas pelos fragmentos de fatos que surgem e desencadeiam uma guerra de propaganda entre imagens conflitantes. No entanto, a realidade não apenas desacredita as imagens através desses fragmentos de fatos, mas também encontra outras formas de se vingar daqueles que desafiam sua existência. Os sistemas totalitários e as ditaduras de partido único são mencionados, pela autora, como exemplos de governos eficientes em proteger as ideologias e as imagens do impacto da realidade e da verdade. A categoria fundamental de oposição entre verdade e falsidade é essencial para a nossa capacidade de fazer sentido do mundo e tomar decisões informadas. Quando essa categoria é destruída, perdemos um

¹¹ Durante a Guerra Fria, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética utilizaram estratégias de autoilusão para moldar a percepção pública e manter suas narrativas políticas, como por exemplo, na Corrida Espacial, quando ambos os lados exageraram seus avanços na exploração espacial para demonstrar superioridade tecnológica.

princípio básico de orientação e ficamos vulneráveis à manipulação e à distorção da realidade.

Diante das intrincadas teias da mentira e do engodo, Arendt afirma que:

O problema com a mentira e o engodo é que só são eficientes se o mentiroso e o impostor têm uma clara ideia da verdade que estão tentando esconder. Neste sentido, a verdade mesmo que não prevaleça em público, possui uma primazia inerradicável sobre qualquer falsidade (ARENDR, 2019, p. 35).

A autora acredita que a efetividade da mentira e do embuste está na compreensão clara que o mentiroso e o impostor têm da verdade que tentam esconder. Ela destaca que a sua efetividade está atrelada ao conhecimento prévio da verdade pelo mentiroso. No entanto, mesmo que a falsidade possa ganhar notoriedade pública, a verdade mantém uma supremacia inquestionável sobre a falsidade.

Levando em conta a essência intrínseca do poder, incapaz de produzir um substituto fiável para a realidade factual, é crucial reconhecer que os fatos, apesar de serem descritos como rígidos, contêm uma fragilidade que, paradoxalmente, convive com uma notável flexibilidade. Esta dualidade fica clara ao examinarmos a relação entre poder e fatos, na qual o poder procura moldar a realidade, mas encontra resistência na firmeza intrínseca dos fatos. Arendt (2022, p. 361) entende que os fatos são superiores ao poder em sua inflexibilidade e são menos transitórios do que as formações de poder que surgem e desaparecem com objetivos específicos. A autora aponta que diante da dinâmica entre o poder e a verdade, o poder pode tentar manipular os fatos, isto é, uma informação ou evento que é fabricado, criado ou manipulado intencionalmente, para atender interesses específicos, diferente dos fatos naturais ou objetivos, que surgem espontaneamente da realidade. Contudo, sua natureza transitória e sua falta de permanência tornam o poder um instrumento pouco confiável para estabelecer qualquer tipo de verdade duradoura, já que tanto a verdade quanto os fatos são inseguros nas mãos do poder, pois podem ser distorcidos ou negados.

A partir de sua interpretação sobre a alegoria da caverna de Platão¹², Arendt (2022, p. 325) expõe a relação entre verdade, ilusão e a condição humana. Ela descreve uma comunidade que vive em uma pacífica ignorância, satisfeita com as sombras projetadas nas paredes de sua caverna, sem desejo de confrontar a realidade além de sua experiência

¹² No Livro VII de A República, Platão (2007, seção 514a-521b) apresenta a alegoria da caverna, um mito que ilustra prisioneiros acorrentados em uma caverna. Eles observam apenas as sombras na parede, projeções de objetos que nunca veem diretamente, e assim, não conhecem a verdadeira forma das coisas no mundo exterior.

limitada. A autora aponta a questão da discussão sobre o papel da informação, da manipulação e do poder na sociedade.

Arendt (2022, p. 342) entende que a evidência factual é estabelecida por registros, documentos e monumentos que podem ser falsificados, bem como por confirmações de testemunhas oculares. Além disso, apenas outra testemunha, e não a terceira e superior instância, pode ser chamada em caso de disputa. Normalmente, uma maioria chega a uma conclusão, o que é insatisfatório porque não há nada que impeça uma maioria de testemunhas de serem falsas. A autora destaca que o sentimento de pertencer a uma maioria pode até encorajar o falso testemunho. Isso significa dizer que, na medida em que a verdade factual se expõe à hostilidade dos defensores de opiniões, ela é, pelo menos, tão vulnerável quanto a verdade filosófica racional. Ou seja, a verdade factual - aquela que se refere a informações concretas, verificáveis e baseadas em evidências - enfrenta hostilidade por parte dos defensores de opiniões porque quando a verdade factual entra em conflito com opiniões pessoais, ela pode ser atacada ou negada, pois as pessoas muitas vezes resistem a aceitar fatos que contradizem suas crenças, tornando a verdade factual vulnerável, assim como a verdade filosófica racional - mais abstrata e relacionada ao raciocínio lógico, que envolve conceitos como ética, metafísica e epistemologia. Dessa maneira, a verdade factual é vulnerável porque enfrenta resistência e negacionismo, por outro lado, a verdade filosófica também pode ser questionada, mas sua base é mais racional e menos sujeita a ataques emocionais.

3. A TEIA DA MENTIRA: ESTRATÉGIAS E CONSEQUÊNCIAS

Neste capítulo examinaremos como a mentira é articulada no tecido da política, suas estratégias e as consequências para a sociedade. Investigaremos, a partir das ideias de Gloria Álvarez e Axel Kaiser, a dinâmica entre a manipulação política e a liberdade individual; de Eric Hoffer, o fanatismo e a identidade coletiva; de Sergei Tchakhotine, a psicologia das massas e o impacto da propaganda; de Carl Schmitt, a diferença entre amigos e inimigos; e de Noam Chomsky e Edward S. Herman, o modelo de propaganda, que descreve como as informações são filtradas e manipuladas antes de chegarem ao público, resultando na “fabricação do consentimento”, que impacta a percepção pública. As diversas concepções exploradas serão conectadas com as reflexões políticas de Hannah Arendt, que ao analisar a conduta humana, nos proporciona uma perspectiva pela qual podemos analisar a complexidade da mentira na política.

3.1 A LIBERDADE INDIVIDUAL E MANIPULAÇÃO POLÍTICA

Hannah Arendt entende que os governantes usam o sigilo e a discricção para controlar a informação no cenário político e, portanto, a sociedade. A autora sustenta que esse desequilíbrio no acesso à informação mostra uma desproporção de poder entre aqueles que têm autoridade e o público em geral, que é deixado na ignorância sobre questões importantes. Além disso, ela destaca que o uso deliberado da mentira e do embuste como meio legítimo para atingir fins políticos levanta dúvidas sobre a integridade dos governantes e a confiança que a população deposita neles. Com base nessas visões arendtianas acerca do uso do sigilo e da discricção pelos líderes políticos, vamos analisar as técnicas e consequências da manipulação política através da mentira, além de analisar como a falsidade populista propicia o surgimento, o desenvolvimento e a normalização da mentira política.

Na obra *O embuste populista - porque arruinam nossos países, e como resgatá-los* (2019), Gloria Álvarez e Axel Kaiser debatem os traços da mentalidade populista, como a divisão da sociedade em "nós" e "eles", a promessa de soluções simples para questões complexas, a valorização das emoções em detrimento da razão e a demonização dos oponentes. Em relação às táticas e efeitos da manipulação política através da falsidade, os autores declaram:

Há pelo menos cinco desvios que compõem a mentalidade populista. Assim, é necessário analisá-la para entender o engano que devemos enfrentar e superar. O primeiro é o desprezo pela liberdade individual e uma correspondente idolatria do Estado, a qual acontece tanto com nossos populistas socialistas quanto com os populistas totalitários, como Adolf Hitler (1889-1945) e Benito Mussolini (1883-1945). O segundo é o complexo de vítima, segundo o qual todos os nossos males sempre têm sido culpa dos outros, e nunca de nossa própria incapacidade de desenvolver instituições que nos permitam avançar. O terceiro, relacionado ao anterior, é a paranoia "antineoliberal", segundo a qual o neoliberalismo – ou qualquer coisa relacionada ao livre-mercado – é a origem última de nossa miséria. O quarto é a pretensão democrática com a qual o populismo se veste para tentar dar legitimidade a seu projeto de concentração de poder. O quinto é a obsessão igualitária, utilizada como pretexto para aumentar o poder do Estado e, assim, fortalecer o grupo político às custas das populações, beneficiando os amigos do populista e abrindo as portas para a corrupção desenfreada (ÁLVAREZ E KAISER, 2019, p. 55).

Álvarez e Kaiser entendem que existem cinco desvios que compõem a mentalidade populista. O primeiro desvio é o desprezo pela liberdade individual e a devoção ao Estado, que estão presentes tanto em autoritários quanto em populistas socialistas. Essa particularidade demonstra uma tendência para centralizar o poder e assumir o controle do Estado, que pode ser prejudicial à democracia e à capacidade da sociedade participar do processo político. O segundo desvio é o complexo de vítima: os

populistas culpam todos os outros por suas próprias falhas, evitando assumir a responsabilidade por seus próprios erros e dificuldades em construir instituições que funcionem. A paranoia antineoliberal é o terceiro desvio apontado pelos autores, que culpa a ideologia do livre-mercado pelo sofrimento, ignorando os outros elementos complexos que afetam a vida socioeconômica. O quarto desvio consiste em uma pretensão democrática, em que o populismo assume uma aparência de legitimidade democrática para realizar seu plano de concentração de poder. Esse desvio pode ameaçar a democracia e a participação popular. O quinto desvio é uma obsessão pela igualdade, que é usada como justificativa para fortalecer o poder do Estado em detrimento das pessoas, apoiando os aliados populistas e permitindo a corrupção. Esses desvios mostram como a manipulação da verdade e o uso de métodos enganosos na política prejudicam a confiança pública e ameaçam o bem-estar da sociedade como um todo.

Os autores destacam algumas questões pertinentes às ideias de Hannah Arendt sobre a mentira na política, tais como o desprezo pela liberdade individual e a idolatria do Estado, tanto em populistas socialistas quanto em totalitários, que se relacionam ao estudo de Arendt sobre como os regimes totalitários tentam eliminar a esfera pública e a pluralidade, concentrando todo o poder nas mãos do Estado; um outro ponto é o complexo de vítima e a paranoia "antineoliberal", que culpam sempre os outros pelos problemas, o qual é pertinente as ideias de Arendt, quanto ao seu argumento de que a mentira na política muitas vezes envolve a criação de "inimigos" para justificar ações do governo; outra questão é a pretensão democrática do populismo, que tenta dar legitimidade ao seu projeto de concentração de poder que se conecta ao pensamento de Arendt, de como os líderes populistas muitas vezes utilizam a retórica democrática para mascarar suas verdadeiras intenções autoritárias; e quanto a relação a obsessão igualitária, usada para aumentar o poder do Estado e beneficiar os aliados do populista, se aproxima da análise de Arendt sobre como a mentira na política pode servir a interesses particulares em detrimento do bem público.

Dessa maneira, a análise de Álvarez e Kaiser mostram como a manipulação da verdade e o uso de métodos enganosos na política prejudicam o ambiente democrático de uma sociedade. Sobre essa questão, Hannah Arendt entende que a desigualdade no acesso à informação mostra uma assimetria de poder entre aqueles que têm poder e o público em geral, que é mantido na ignorância sobre questões cruciais. Além disso, ela aponta que o uso deliberado da mentira e do embuste, como meios legítimos para atingir fins políticos levanta questionamentos sobre a integridade dos governantes e a confiança depositada

neles pela população. Arendt afirma ainda que essas práticas têm sido historicamente consideradas meios aceitáveis para alcançar objetivos políticos, e que a veracidade nunca foi uma virtude política valorizada. Nesse contexto, é possível identificar uma conexão entre o sigilo, o embuste e a transparência na esfera política, que afeta diretamente a relação de poder entre governantes e governados, além de evidenciar como a base do poder pode ser empregada de maneira obscura e manipuladora, considerando a habilidade humana de rejeitar a realidade e validar a mentira, que evidencia uma interação complexa entre ação e pensamento, onde a informação pode ser utilizada para controlar e influenciar as percepções e opiniões públicas.

3.2 O FANATISMO E A IDENTIDADE COLETIVA

Eric Hoffer - filósofo e estivador estadunidense, que ficou conhecido pelos seus escritos sobre a vida, o poder e a ordem social¹³, em seu texto *Fanatismo e Movimentos de Massa* (1968), entende que é possível encontrar uma visão abrangente ao examinar como o fanatismo e a identidade coletiva se manifestam:

O impulso de escapar ao ego real é também um impulso para escapar ao racional e à evidência. A recusa de ver-nos tais como somos desenvolve um certo desagrado pelos fatos e pela lógica fria. Para o frustrado não há esperança no real e no possível. A salvação só pode vir do miraculoso, que extravasa através da rachadura na parede de aço da inexorável realidade. Ele quer ser iludido. O que Stresemann disse dos alemães aplica-se aos frustrados em geral: '(Eles) rezam não só pelo pão de cada dia, mas também pela ilusão de cada dia'. A regra parece ser que aqueles que não acham dificuldade em iludir-se a si próprios são facilmente iludidos por outros. São facilmente persuadidos e levados (HOFFER, 1951, p. 83).

O autor aborda a propensão humana para buscar ilusões e escapar da realidade, insinuando que os insatisfeitos anseiam por milagres e são facilmente persuadidos. Essa reflexão tem relevância ao discutirmos a relação entre mentira na política na obra de Hannah Arendt, pois ao analisar a questão da verdade e da mentira no contexto político, a autora acredita que a política depende da verdade e da honestidade, porque a mentira corrompe o espaço público e mina a confiança entre os cidadãos e os governantes. O desejo de escapar à realidade, mencionado por Hoffer, pode levar a uma busca por ilusões na política. Por sua vez, Arendt argumenta que enfrentar a verdade é essencial para a saúde da esfera pública. Sobre as ilusões e persuasão, Hoffer afirma que os frustrados são facilmente persuadidos e levados. Essa questão se alinha com a preocupação de Arendt sobre a manipulação das massas por meio de falsidades, que criticou regimes totalitários que usaram mentiras para controlar as pessoas, ao analisar os Documentos do Pentágono,

¹³ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Eric-Hoffer>. Acesso em: 12 set. 2024.

que revelaram mentiras do governo dos EUA durante a Guerra do Vietnã.

Hoffer entende, ainda, que diante da insegurança e da falta de integração social, as pessoas tendem a buscar refúgio em ideologias simples que proporcionam a sensação de pertencimento e direção. Essa interação, segundo ele, torna os indivíduos mais vulneráveis à influência e à aceitação acrítica de discursos políticos distorcidos. Ele se apoia em Blaise Pascal para sustentar seu argumento:

O homem imagina ser grande e verifica que é pequeno; imagina ser feliz e vê que é miserável; imagina ser perfeito e descobre que está cheio de imperfeições; imagina ser o objeto do amor e da estima dos homens, e descobre que seus erros lhes causam apenas aversão e desprezo. O embaraço em que se encontra então produz nele as mais injustas e criminosas paixões que se possa imaginar, pois concebe um ódio mortal contra a verdade que o inculpa e o convence de seus erros - Pascal. *Pensées* (apud HOFFER, 1951, p 6).

Essa reflexão de Pascal, apontada por Hoffer, revela a complexidade da natureza humana e a tensão entre nossas aspirações e a realidade. Pascal descreve como o homem, ao confrontar suas próprias limitações e erros, pode reagir com ódio à verdade que o expõe. Essa questão levantada por Pascal pode ser associada com Hannah Arendt e o tema da mentira na política, a partir de algumas questões, tais como a ideia de verdade e ilusão que Pascal destaca a aversão do homem à verdade quando ela revela suas imperfeições. O homem que imagina ser grande e perfeito, mas descobre suas imperfeições, pode reagir com paixões injustas. Isso se relaciona com a decepção política quando líderes não atendem às expectativas. Arendt analisou como a desilusão com a política pode levar à apatia ou à busca por soluções milagrosas, alertando contra a ilusão e a manipulação das massas por meio da mentira. A reação de ódio à verdade, mencionada por Pascal, pode ser vista como uma fuga da realidade. Arendt nos lembra que a política exige enfrentar os fatos, mesmo quando isso é doloroso.

Esta visão pessimista do ser humano, desenvolvida por Hoffer com base em Pascal, pode ajudar a entender certos comportamentos e tendências que impulsionam o crescimento do populismo político. De acordo com o Hoffer, o indivíduo vive em uma constante ilusão de superioridade, considerando-se mais feliz e perfeito do que realmente é. Esta discrepância entre a maneira como se percebe e a sua verdadeira essência provoca uma intensa sensação de frustração, que culmina em paixões injustas e danosas. Entre as emoções negativas, sobressai o ódio por aquilo que expõe a verdade e expõe suas imperfeições. A vulnerabilidade do homem pascaliano, inclinado a ilusões e amargurado com o que o confronta com sua própria insignificância, faz dele um alvo fácil para as manipulações do populismo. Nesse contexto, líderes carismáticos conseguem aproveitar

essa tendência humana de ocultar a verdade em prol de narrativas simples e que glorificam a si mesmos.

Hannah Arendt, ao analisar a questão da desonestidade na política, argumenta que seu objetivo não é apenas enganar, mas também destruir a ideia de realidade compartilhada. Através da imposição de visões de mundo falsas e uniformes, a propaganda e a ideologia populistas negam a verdade e a diversidade, oferecendo em troca um senso de pertencimento e objetivo que o indivíduo perdeu em meio à fragmentação da sociedade. Esse indivíduo confuso, em busca de referências que deem significado à sua existência, torna-se alvo fácil para as narrativas populistas. Seja por meio da religião ou da política, ele encontra na retórica desses líderes uma promessa de redenção e de um mundo mais simples e justo, mesmo que isso implique ignorar a complexidade da realidade. Dessa forma, a visão pessimista da natureza humana apresentada por Hoffer pode ser considerada como um ponto de partida relevante para compreender a fragilidade desse indivíduo diante da falsidade populista. Enganado acerca de sua própria importância, insatisfeito com sua situação e ressentido em relação à verdade que o confronta, esse homem pascaliano se torna terreno fértil para a propagação de narrativas enganosas e manipuladoras na esfera política.

Hoffer admite que os movimentos sociais possuem a habilidade de chamar a atenção de indivíduos que se percebem como marginalizados socialmente e que, posteriormente, podem se tornar agressivos. Segundo Hoffer (1951, 48) “os desajustados permanentes só podem achar a salvação numa separação completa do ego; e geralmente acham-na perdendo-se na compacta coletividade de um movimento de massas”.

Segundo o autor, indivíduos vistos como "desajustados" costumam procurar refúgio e um sentimento de pertença em movimentos de massa. Para entender essa dinâmica, é essencial fazer uma avaliação mais minuciosa, considerando as consequências tanto na esfera social quanto na política. Hoffer discute um fenômeno intrincado ligado à formação da identidade individual e coletiva. Os indivíduos rotulados como "desajustados permanentes", expressão empregada pelo autor, são aqueles que se sentem à margem, deslocados ou incapazes de se inserir completamente na sociedade. Essas pessoas frequentemente enfrentam uma carência de pertencimento e propósito, motivando-as a procurar uma forma de "salvação" em algo que ultrapassa sua própria existência. A "separação completa do ego", mencionada por Hoffer, evidencia a inclinação desses indivíduos em renunciar à sua individualidade em favor da identificação com um grupo ou movimento coletivo. Ao se integrarem à densa coletividade, eles

descobrem uma sensação de proteção, identidade e importância que não encontravam no âmbito pessoal. Esse processo de subordinação do "eu" ao "nós" é facilmente entendido do ponto de vista da sociologia, pois o ser humano é, essencialmente, um ser social que procura se unir e se inserir em grupos. No entanto, essa inclinação também pode acarretar riscos consideráveis, principalmente quando analisada sob uma perspectiva política. Os movimentos de massa, em muitas ocasiões, tendem a adquirir traços de radicalização, polarização e até autoritarismo¹⁴. Ao oferecerem soluções simplistas e promessas atrativas para os dilemas desses indivíduos "desajustados", esses movimentos podem se transformar em instrumentos para a ascensão de regimes políticos que comprometem os princípios democráticos e as liberdades individuais. Neste contexto, a reflexão de Hoffer nos leva a entender melhor os processos psicossociais que levam certos grupos a participarem de movimentos de massa. Essa análise é crucial para compreender os desafios enfrentados pelas sociedades atuais em manter a coesão social, a estabilidade política e o respeito à diversidade. Além disso, a reflexão sobre o "desajuste" e a "separação do ego" também nos leva a uma reflexão mais ampla sobre as mudanças sociais e culturais que têm impactado a formação da identidade individual e coletiva nas sociedades contemporâneas. A fragmentação dos valores tradicionais, a fluidez das relações sociais e a crise de significado, experimentada por muitos indivíduos, podem contribuir para fortalecer esses movimentos, que oferecem respostas simplistas e a ilusão de pertencimento.

Há uma conexão preocupante entre essa visão de Eric Hoffer sobre os "desajustados permanentes" que buscam "salvação" em "movimentos de massas" e as reflexões de Hannah Arendt sobre a mentira na esfera política. Arendt sustenta que a mentira sempre esteve presente na política porque a política é um espaço deliberadamente marcado por interesses e perspectivas divergentes. Nesse cenário, a verdade objetiva¹⁵

¹⁴ O livro de Hannah Arendt *As Origens do Totalitarismo*, publicado em 1951, fornece as principais definições do totalitarismo. Ela investiga os regimes totalitários do século XX, como o nazismo e o stalinismo, examinando suas características, ideologias e como eles afetaram a sociedade. Para Hannah Arendt o totalitarismo não é apenas um termo vazio; é um conjunto de definições e especificações. Em Arendt, as massas, a propaganda, a ideologia, a solidão, o terror e, principalmente, os campos de concentração preenchem essa noção e experiência. O totalitarismo contemporâneo pode ser entendido, a partir dos conceitos arendtianos, como um regime de massas solitárias organizadas ideologicamente, que possui três características principais: a pretensão de uma explicação total; a liberdade de toda experiência e seu uso como propaganda; e a coerência total que gera coerção argumentativo-organizacional.

¹⁵ A verdade objetiva refere-se à realidade que existe independentemente da interpretação ou percepção subjetiva de qualquer indivíduo. Ela é a realidade tal como ela realmente é, sem ser influenciada pelas crenças, opiniões ou vieses pessoais de alguém. Ou seja, remete a ordem dos fatos.

muitas vezes é substituída por persuasão, manipulação e criação de narrativas que atendam a interesses específicos. Ao analisarmos o ponto de vista de Hoffer à luz dessa perspectiva arendtiana, somos confrontados com a possibilidade de que os "movimentos de massa" mencionados, pelo autor, possam se aproveitar dessa dinâmica da mentira política para atrair e envolver os "desajustados permanentes". Esses indivíduos, que se sentem excluídos e deslocados na sociedade, tornam-se alvos fáceis para movimentos que oferecem soluções simplistas e promessas sedutoras. Constantemente, esses grupos constroem histórias cativantes, fundamentadas em discursos populistas e na criação de "inimigos comuns", que são usados para alimentar a ideia de uma suposta "salvação" coletiva. Ao se envolverem na densa comunidade desses movimentos, os indivíduos considerados "desajustados permanentes" desistem de pensar de forma crítica e se submetem a uma narrativa fabricada, que lhes proporciona o sentimento de pertencimento e propósito que antes lhes faltava. Dessa forma, a mentira política encontra um ambiente propício, uma vez que a promessa de uma identidade coletiva e de uma "salvação" se torna mais sedutora do que a busca pela verdade. Essa situação levanta questões cruciais sobre a natureza da política contemporânea e a vulnerabilidade dos indivíduos frente a narrativas manipuladoras. A reflexão sobre o papel da educação crítica e do pensamento autônomo se torna imperativa, pois, em um cenário onde a desinformação prospera, a capacidade de discernir entre verdade e mentira se torna um ativo político essencial. O desafio reside, portanto, em fomentar uma sociedade que valorize o debate racional e a pluralidade de ideias, resistindo à tentação das soluções fáceis que os movimentos populistas frequentemente oferecem. Assim, a ciência política deve se empenhar em compreender as dinâmicas sociais que propiciam a ascensão desses fenômenos, buscando estratégias que promovam a inclusão e a conscientização política, evitando a alienação dos indivíduos em relação ao seu papel na esfera pública.

Arendt entende que a mentira na política se intensifica quando a realidade se torna instável e complicada de compreender e quando as bases tradicionais se desmoronam e as pessoas se sentem desconectadas de uma narrativa comum coerente. Essa é justamente a situação descrita por Hoffer, em que os "desajustados permanentes" buscam abrigo em movimentos de massa que proporcionam um senso de pertencimento e significado. Nesse sentido, a partir das ideias de Hoffer e Hannah Arendt, é viável fazer uma avaliação crítica sobre os perigos da mentira e da manipulação política, especialmente em um cenário de desintegração social. Entender esses mecanismos é crucial para desenvolver táticas que fortaleçam a democracia, a cidadania e a resiliência social diante de discursos enganosos

e movimentos de massa que comprometem a estabilidade política e a coesão social.

3.3 A PSICOLOGIA DAS MASSAS E O IMPACTO DA PROPAGANDA

Na mesma perspectiva, as teorias de Sergei Tchakhotine, sobretudo a partir da obra *A mistificação das massas pela propaganda política* (1967), que trata como a psicologia coletiva e a influência da propaganda também são importantes. O autor investigou como estratégias de manipulação e persuasão são capazes de influenciar a conduta e convicções de grandes grupos, restringindo sua habilidade de raciocinar de modo independente e crítico. Segundo o autor, a divisão entre as pessoas é fundamental para a disseminação da desinformação na arena política:

Nesses tempos de crise, vivemos em mundo de ‘sim’ ou ‘não’, num mundo de ‘pró ou contra’, de ‘preto e branco’. Nesse cenário, se caracteriza a lógica de quem não está conosco, está contra nós. As palavras e os símbolos limitam-se, então, a duas categorias apenas: a de sobreviver e a de perecer (TCHAKHOTINE, 2015, p. 55).

Sobre a polarização e a verdade, Tchakhotine descreve um cenário binário, onde as palavras e símbolos são reduzidos a duas categorias: sobreviver ou perecer. Esse cenário reflete a polarização política, onde a verdade muitas vezes é sacrificada em prol de agendas partidárias. Arendt também alerta sobre a simplificação excessiva na política. Tchakhotine foi um dos teóricos da psicologia de massas que estudou a propaganda política, apontando como as emoções podem ser manipuladas para fins políticos. Arendt também analisou a propaganda e a manipulação das massas, ao explorar como regimes totalitários usaram mentiras para controlar as pessoas e como a verdade factual foi distorcida. A simplificação extrema, mencionada por Tchakhotine, pode levar à desinformação e à aceitação acrítica de narrativas políticas. Por sua vez, Arendt nos lembra da importância de questionar e examinar a verdade. Assim, tanto Tchakhotine quanto Arendt nos alertam sobre os perigos da manipulação, da polarização e da mentira na política.

O autor entende que essa situação gera um clima de confronto e exclusão, onde as pessoas são divididas em amigos ou inimigos. Dessa forma, as palavras e símbolos perdem sua complexidade de significado, sendo relacionados apenas à vitória ou derrota. Isso ressalta os efeitos da polarização na sociedade, destacando a importância de promover conversas e compreensão mútua para superar essa visão dualista.

A reflexão de Sergei Tchakhotine sobre a divisão das massas, como elemento-chave para o surgimento da falsidade no cenário político, ecoa nas concepções da

pensadora Hannah Arendt acerca da natureza da mentira na esfera pública. Arendt argumenta que a mentira política representa uma ameaça à atividade política, pois compromete a habilidade dos cidadãos de lidar com a complexidade do mundo compartilhado. Para ela, a mentira política não se restringe a uma mera distorção da verdade, mas simboliza um rompimento com a realidade, pois ao estabelecer uma narrativa paralela, a mentira promove a alienação dos indivíduos em relação à comunidade, enfraquecendo os laços sociais e dificultando a ação conjunta em benefício do bem comum. A dinâmica de divisão descrita por Tchakhotine, na qual as pessoas são divididas em aliados ou inimigos, reflete exatamente esse fenômeno, que ao simplificar o mundo complexo em uma lógica binária, a mentira política cria um ambiente de confronto e exclusão, no qual o diálogo e a compreensão mútua se tornam progressivamente mais difíceis. Nesse contexto, a riqueza de significados das palavras e símbolos é subjugada por uma linguagem simplória e dualista, que serve unicamente à vitória ou à derrota. Essa escassez de significados, observada por Tchakhotine, também é destacada por Arendt, que a enxerga como uma consequência direta da mentira política. Ao privar os cidadãos de um vocabulário compartilhado e de pontos de referência comuns, a mentira política mina a capacidade de atuação e a possibilidade de edificação de um mundo partilhado. Sob essa perspectiva, a polarização social se torna um solo fértil para a emergência de visões simplistas, extremistas e, por vezes, totalitárias.

Hannah Arendt destaca, também, que a falsidade política não se trata apenas de distorcer a verdade, mas também de negar a diversidade inerente à natureza humana. Ao construir uma realidade alternativa, a mentira apaga a variedade de perspectivas e experiências, transformando as pessoas em simples atores de um jogo político. Essa perda de diversidade, argumenta Arendt, é especialmente perigosa para a democracia, pois compromete a capacidade dos cidadãos de participar ativamente na construção do mundo em comum. Sem oportunidades para diálogo, debate de ideias e negociação, a ação política acaba refém da falsidade e da manipulação, minando os laços sociais e a coesão da sociedade. Nesse sentido, as ideias de Arendt complementam, de maneira significativa, a análise de Tchakhotine sobre a polarização das massas e a simplificação da linguagem a uma lógica binária e como essa dinâmica ganha força com a mentira no cenário político. Ao revelar os mecanismos psicológicos e sociais que nutrem a mentira política, Tchakhotine nos ajuda a entender melhor os desafios enfrentados pelas sociedades democráticas na batalha contra a propagação da desinformação e da manipulação.

3.4 O CONCEITO DE SOBERANIA E A DISTINÇÃO ENTRE AMIGO E INIMIGO

A compreensão da diferenciação entre amigo e inimigo, essencial na obra de Hannah Arendt sobre a mentira política, ecoou das ideias do filósofo alemão Carl Schmitt. Em sua obra *O conceito do político* (2009), Schmitt discute sua teoria sobre a distinção entre amigo e inimigo, que é fruto da polarização criada através da manipulação da verdade na política e argumenta que a distinção entre amigo e inimigo é a essência do mundo político, sendo a base de toda atividade e organização política.

A diferenciação especificamente política, à qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre amigo e inimigo, fornecendo uma definição conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou expressão do conteúdo (Schmitt, 2009, p. 27).

Para Schmitt, o inimigo político não é apenas alguém com quem se discorda, mas sim um adversário existencial, cuja eliminação é vista como crucial para a sobrevivência do próprio grupo político. Essa concepção do inimigo como uma ameaça à existência do grupo é particularmente relevante no contexto da mentira política. Quando a mentira é usada como estratégia política, ela pode intensificar essa distinção entre amigo e inimigo, promovendo a polarização e a criação de narrativas simplistas. Ao distorcer a verdade e manipular a opinião pública, a mentira política pode criar a imagem de um inimigo perigoso, cuja suposta ameaça justifica ações cada vez mais extremas e divididas. Dessa maneira, a ideia schmittiana de que "toda associação política inevitavelmente terá um inimigo" ganha um novo significado quando vista sob a ótica da mentira política. A construção do "outro" como inimigo, seja por meio de desinformação, propaganda ou retórica polarizadora, serve como um mecanismo de coesão interna e legitimação do grupo político predominante. A redução do adversário político a um inimigo existencial ameaça as possibilidades de diálogo, compromisso e resolução pacífica de conflitos. Portanto, a compreensão da diferenciação entre amigo e inimigo, conforme delineada por Carl Schmitt, oferece um pano de fundo significativo para a análise da política.

Ao estabelecer uma distinção política entre amigos e inimigos, o autor procura destacar que a política envolve a identificação e diferenciação entre aqueles considerados amigos e aqueles considerados inimigos. Segundo Schmitt, essa distinção oferece um critério conceitual essencial para entender as relações políticas e não uma definição completa ou detalhada do conteúdo. Assim, o autor explora a natureza da identidade política e do poder. A separação entre amigos e inimigos pode ser vista como uma maneira de criar fronteiras e identidades coletivas, onde a identificação do "outro" como inimigo

pode unir e mobilizar um grupo em torno de interesses compartilhados. No entanto, essa distinção pode gerar exclusão, marginalização e conflitos. Ela é moldada e mantida em diferentes contextos sociais, culturais e históricos, variando de acordo com ideologias políticas, identidades coletivas, dinâmicas de poder e interações grupais. A maneira como essa distinção é usada e interpretada pode influenciar significativamente as relações sociais, a governança e a dinâmica política de uma sociedade. Uma possível relação entre a mentira política e o conceito de político de Carl Schmitt é que ambos implicam a distinção entre amigo e inimigo como critério central da ação política. De acordo com Schmitt, o político é a esfera que encara o conflito existencial entre grupos humanos que podem se considerar inimigos e que podem recorrer à guerra como meio de defender seu modo de vida. Dessa forma, a mentira política pode ser interpretada como uma estratégia de esconder ou manipular a verdade para obter vantagens sobre o inimigo ou para justificar a violência contra ele. A mentira política também pode ser utilizada para estabelecer ou manter uma identidade coletiva com base na oposição ao outro, ou para negar a legitimidade ou humanidade do adversário. Um caso de mentira política na perspectiva da teoria schmittiana é a utilização da propaganda ideológica ou religiosa para mobilizar as pessoas em apoio a um regime ou líder específico, ou para difamar o adversário como uma ameaça à ordem ou à salvação. Outro exemplo é a manipulação ou o encobrimento de eventos históricos ou jurídicos para legitimar uma decisão soberana ou uma intervenção militar. Essas formas de mentira política podem ser vistas como manifestações do realismo político de Schmitt, que coloca a existência e a segurança do grupo em primeiro lugar, acima de considerações morais ou legais.

Hannah Arendt examina a mentira política como uma ferramenta de manipulação e controle, que destrói a confiança e a liberdade pública. Ela destaca a relevância da verdade e da transparência no cenário político, além de enfatizar a exigência de responsabilidade e autenticidade dos líderes políticos. Em contrapartida, Carl Schmitt argumenta que a política não é imparcial ou puramente técnica; trata-se de um ambiente de tomada de decisões soberanas onde a distinção entre amigos e inimigos é crucial, uma vez que engloba decisões cruciais e significativas sobre quem é nosso aliado e quem é nosso adversário. Nesse sentido, a política é fundamentalmente definida pela diferenciação entre aliados e adversários.

3.5 A FABRICAÇÃO DO CONSENTIMENTO: VERDADE E MENTIRA NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Em sua obra "*Manufacturing Consent - The Political Economy of the Mass Media*", publicada em 1988, o linguista teórico Noam Chomsky¹⁶ e o economista Edward S. Herman examinam como a mídia e a propaganda manipulam a opinião pública para servir a interesses corporativos e políticos. Os autores apresentam o modelo de propaganda que manipula a informação antes de chegar ao público, resultando na "fabricação de consentimento" que influencia a percepção pública. Segundo Chomsky e Herman, a mídia influencia a opinião pública de várias maneiras, atuando como uma ferramenta de propaganda que serve aos interesses das elites econômicas e políticas, em que a informação é filtrada e moldada para promover narrativas que beneficiam esses grupos. Além disso, eles enfatizam que a mídia muitas vezes simplifica demais questões difíceis, apresentando-as de uma forma que favorece narrativas fáceis de digerir, mas que podem ser enganosas.

Como explicam Chomsky e Herman (1988, p. 80), quando a burocracia estatal controla os meios de comunicação, a censura e a manipulação da informação são ferramentas essenciais para manter o *status quo*. Essa realidade é particularmente visível em ambientes autoritários, onde a classe dominante usa os meios de comunicação como ferramentas de propaganda, influenciando a opinião pública e limitando a discussão democrática. Os autores, por outro lado, apontam para a ilusão de liberdade que existe em sistemas de comunicação privados, onde a censura formal pode sugerir uma democracia, mas a pluralidade esconde desigualdades estruturais que impedem críticas e diversidade de vozes. Ao contrário do que pode levar a uma maior variedade de opiniões, a competição entre os meios de comunicação privados frequentemente é mediada por interesses financeiros que priorizam o lucro em detrimento da verdade e da responsabilidade social. Assim, mesmo sem censura oficial, a lógica do mercado pode resultar em uma uniformização do discurso, onde narrativas que atraem audiência e geram receita publicitária são subestimadas em detrimento de temas importantes. Além disso, a falta de oportunidades de comunicação perpetua o ciclo de exclusão. A concentração dos meios de comunicação em mãos de poucos indivíduos ou corporações resulta em uma limitação do espaço para críticas ao poder estabelecido e vozes dissidentes. Essa dinâmica não apenas reduz a qualidade das informações que o público pode ver, mas também enfraquece a capacidade da sociedade civil de se organizar e exigir que os governantes sejam responsabilizados. Como resultado, uma análise crítica dos meios de comunicação

¹⁶ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Noam-Chomsky>. Acesso em: 12 set. 2024.

deve levar em consideração não apenas a censura presente ou ausente, mas também as estruturas de poder que governam a produção e distribuição da informação. A verdadeira liberdade de expressão requer um ambiente onde várias vozes possam ser ouvidas e onde a crítica ao poder, seja ele corporativo ou estatal, possa se desenvolver sem os vínculos da desigualdade social e econômica. Só assim será possível avançar em direção a uma democracia mais forte e inclusiva, onde a informação seja utilizada para o benefício do público em vez de apenas para os interesses de uma classe privilegiada.

Um aspecto importante da relação entre comunicação, poder e democracia é revelado pela análise proposta por Noam Chomsky e Herman (1988, p. 81). A concentração de propriedade e a orientação para o lucro se tornam as principais características que moldam a narrativa pública em um ambiente em que conglomerados empresariais controlam os meios de comunicação de massa. Essa realidade levanta perguntas importantes sobre o tipo de informação que chega ao público e como os meios de comunicação afetam a opinião pública. O primeiro filtro mencionado por Chomsky e Herman, relacionado à propriedade concentrada e à riqueza dos proprietários, é fundamental para entender como os interesses econômicos afetam as decisões editoriais. Ao terem grandes recursos financeiros, os proprietários das empresas de mídia decidem quais histórias merecem cobertura, geralmente priorizando aquelas que não comprometem suas posições de poder ou seus interesses comerciais. Além de limitar a diversidade de vozes na esfera pública, esse fenômeno pode resultar em autocensura, onde editores e jornalistas evitam temas que possam desagradar aos seus patrocinadores ou empregadores. Além disso, essa dinâmica é reforçada pelo segundo filtro, que considera a publicidade como o principal meio pelo qual os meios de comunicação ganham dinheiro. A dependência da receita publicitária leva os meios de comunicação a agirem de acordo com os interesses dos anunciantes, muitas vezes em detrimento da credibilidade jornalística. Como resultado, a cobertura pode ser superficial ou ignorar os problemas críticos que podem desanimar patrocinadores potenciais. O terceiro filtro – a confiança nos "especialistas" e nas informações fornecidas por fontes corporativas e governamentais – enfatiza a interdependência entre a mídia e as instituições de poder. A dependência pode levar a questionamento crítico e a aceitação acrítica das narrativas oficiais, o que limita a capacidade da mídia de observar o poder de perto. A falta de uma investigação abrangente e de uma gama de perspectivas leva a uma perpetuação de discursos hegemônicos, onde as vozes que se opõem são frequentemente marginalizadas. O conceito de "flak" como um mecanismo de disciplina também é importante. A pressão

exercida por grupos de interesse, que podem incluir organizações governamentais e grupos de *lobby* corporativo, afeta a cobertura da mídia e impede que as críticas sejam ouvidas. Isso leva a uma situação em que os que não concordam com as narrativas predominantes são incentivados, enquanto os que se opõem são punidos por boicotes, processos judiciais e campanhas de difamação. Por fim, a menção ao "anticomunismo" como uma estratégia de controle enfatiza como ideologias podem ser usadas para justificar a repressão de vozes divergentes. Essa construção ideológica não apenas permite que as críticas sejam ignoradas, mas também cria uma atmosfera de terror que impede o debate público construtivo. Dessa maneira, a estrutura de propaganda descrita por Chomsky e Herman mostra uma conexão complexa entre os poderes político, econômico e de mídia. A mídia não apenas molda a percepção pública usando uma variedade de filtros para filtrar a informação, mas também desempenha um papel importante na preservação das desigualdades sociais e na limitação do espaço para o debate democrático. Para buscar uma mídia mais justa e equitativa que atenda ao interesse público, é necessário entender esses filtros.

Alguns exemplos podem ilustrar como a fabricação do consentimento se manifesta em várias esferas, moldando a opinião pública de acordo com interesses políticos e corporativos: (1) durante a Guerra do Iraque (2003), a mídia foi severamente criticada pela sua cobertura da invasão do Iraque, concentrando-se em informações que justificavam a guerra, como a afirmação de que o país tinha armas de destruição em larga escala. No entanto, os relatórios falharam em analisar adequadamente essas alegações, contribuindo para a aceitação pública da guerra; (2) durante a pandemia de COVID-19, houve uma grande variação na cobertura da mídia, com algumas redes destacando a seriedade da situação e outras minimizando os perigos. A forma como as informações foram transmitidas afetou a percepção do público acerca de vacinas e ações de saúde pública; (3) a disseminação de desinformação nas redes sociais, exemplificada pelo uso de desinformação durante as eleições americanas de 2016, é um exemplo claro. A disseminação de desinformação e teorias conspiratórias nas redes sociais teve um impacto significativo na opinião pública e nos resultados das eleições; (4) campanhas de *lobby* empresarial, nas quais a cobertura da mídia sobre temas como mudanças climáticas é comumente afetada por interesses empresariais, como por exemplo, empresas do ramo de combustíveis fósseis têm apoiado campanhas que minimizam a necessidade de ação climática, moldando a narrativa pública; e (5) marketing político, em que as campanhas eleitorais contemporâneas utilizam métodos avançados de marketing, como a

microsegmentação, para ajustar a mensagem de acordo com os interesses particulares dos grupos demográficos, impactando dessa forma a percepção dos eleitores.

A conexão entre as concepções de Hannah Arendt acerca da mentira política e as análises de Chomsky e Herman em *Manufacturing Consent - The political Economy of the Mass Media* desvenda um cenário intrincado acerca da manipulação da verdade e a moldagem da percepção pública. As duas metodologias proporcionam uma crítica severa à maneira como a informação é administrada e transmitida, ressaltando os riscos que isso acarreta para a democracia e o espaço público.

Hannah Arendt, em suas obras, especialmente em *A Origem do Totalitarismo*, discute a mentira como uma ferramenta fundamental na política totalitária. Para ela, a mentira não é apenas uma distorção da verdade, mas uma forma de poder que busca desestabilizar a realidade objetiva. A autora defende que, em sistemas totalitários, a mentira se transforma numa prática sistemática, com o objetivo não só de enganar, mas também de estabelecer uma realidade que suplanta a verdade. Esta nova realidade é imposta de maneira que o sujeito é compelido a aderir a uma perspectiva de mundo que contradiz suas vivências e percepções pessoais. Arendt propõe que a habilidade de enganar eficientemente está fortemente associada à habilidade de desumanizar o outro. Ao desumanizar seus adversários, o regime tem a capacidade de legitimar ações que, num cenário de verdade, seriam intoleráveis. Frequentemente, essa desumanização é facilitada por narrativas simplistas que fazem a população aceitar a mentira como uma verdade conveniente.

Chomsky e Herman, por sua vez, exploram como a mídia e a propaganda operam para moldar a opinião pública em favor de interesses corporativos e políticos. Seu modelo de fabricação de consentimento destaca que a informação não é apenas manipulada, mas também filtrada antes de chegar ao público. Essa manipulação resulta em uma percepção pública distorcida, onde questões complexas são simplificadas e apresentadas de maneira que favorecem a elite. Os autores apontam que a mídia, em vez de ser um pilar da democracia, muitas vezes atua como um instrumento de controle social. Através de técnicas como enquadramento, repetição e desinformação, a mídia não apenas informa, mas também molda a realidade percebida pelo público. Isso se torna particularmente evidente em contextos de crise, como a Guerra do Iraque e a pandemia de COVID-19, onde a cobertura midiática frequentemente prioriza narrativas que legitimam ações políticas e econômicas, em detrimento de uma análise crítica e fundamentada.

Tanto Arendt quanto Chomsky e Herman reconhecem o papel central da mentira

e da manipulação na política. Ambos enfatizam que a verdade não é apenas uma questão de fatos, mas está profundamente ligada ao poder e à estrutura social. A mentira, para ambos, serve a um propósito político: manter o controle sobre a população e legitimar ações que, de outra forma, seriam questionadas. Além disso, ambas perspectivas alertam para o impacto da desinformação na capacidade do público de formar opiniões informadas.

Embora haja pontos de acordo, há sutilezas nas perspectivas de Arendt, Chomsky e Herman. Arendt concentra-se mais no aspecto filosófico e ético da mentira política, levando em conta suas consequências existenciais e morais. Segundo ela, a falsidade totalitária não se limita a um controle, mas representa uma desintegração da realidade e da habilidade humana de identificar a verdade. Por outro lado, Chomsky e Herman seguem uma perspectiva mais pragmática e analítica, focando nas estruturas de poder e nos processos de controle social. A sua análise se concentra principalmente nas dinâmicas de mídia e propaganda, enquanto Arendt explora as implicações existenciais e a essência da condição humana frente à mentira.

A intersecção entre as ideias de Arendt e Chomsky e Herman nos leva a refletir sobre a atualidade da política e da informação. Em um mundo onde a desinformação se espalha rapidamente, especialmente nas mídias sociais, a necessidade de um público crítico e informado se torna ainda mais premente. Para enfrentar os desafios apontados por ambos os autores, algumas soluções podem ser consideradas: (1) fomentar a educação midiática em escolas e comunidades, habilitando as pessoas a identificarem a manipulação da informação e a cultivarem um pensamento crítico. Isso envolve ensinar aos indivíduos como reconhecer fontes fidedignas, examinar narrativas e diferenciar fatos de opiniões; (2) promover a clareza nas práticas de jornalismo, criando um ambiente onde os jornalistas são responsáveis por suas matérias e as fontes de informação são claramente identificadas, contribuindo para a restauração da confiança do público na mídia; (3) assegurar a representação de uma variedade de vozes na mídia, incluindo pontos de vista divergentes e visões marginalizadas, contribuiria para estabelecer um ambiente mais inclusivo para a discussão pública e diminuir a falsa sensação de consenso; além de outras ações que possam atenuar as desinformações.

4. EM BUSCA DA VERDADE: ÉTICA E RESPONSABILIDADE

Na extensa teia da política, a mentira é um elemento habilmente intrincado e lançado diante dos olhos da sociedade. Hannah Arendt nos convida a desvendar essa

cortina de ilusão e a analisar as intrigas escondidas que moldam nossa visão do mundo. Neste segmento, questionaremos a relação entre retórica e realidade. Marta Nunes da Costa nos encoraja a investigar a importância da política para a existência da liberdade e a mentira como *modus operandi* do Estado total. Neste capítulo, nosso objetivo é entrelaçar essas ideias, tecendo-as com os conceitos de Hannah Arendt. A verdade e a mentira na política se emaranham como fios de um mesmo tecido e é nossa pretensão desvendar essa trama intrincada. Afinal, conforme Arendt nos instrui, a luz da verdade é o antídoto para a escuridão da manipulação.

4.1 AS NUANCES DA RETÓRICA E DA REALIDADE

Na obra *Despotismos democráticos* (2021), a filósofa Marta Nunes da Costa, entre outros assuntos, discute o processo de formação de juízos morais e políticos, que exige contato com a realidade e compromisso com a verdade. Sobre a importância da política para a existência da liberdade, Costa (2021, p. 80) afirma que “só existe política quando e onde existe liberdade, ou seja, quando pessoas aparecem, falam e agem em público e exercitam seu poder (legítimo) e deixam sua marca no mundo”.

Costa sugere que a política só existe quando as pessoas se manifestam publicamente, exercem seu poder legítimo¹⁷ e deixam sua marca no mundo. Essa perspectiva tem relevância em relação a mentira na política ao considerarmos como a mentira afeta a essência da política e a capacidade das pessoas de deixarem sua marca no mundo através de ações significativas. Arendt enfatiza a importância da liberdade na política, pois, para ela, a política é o espaço onde as pessoas exercem sua liberdade de ação e participação. A mentira na política pode comprometer essa liberdade, já que distorce a verdade e obscurece a capacidade das pessoas de agir com base em informações corretas. Costa discute a diferença entre a aparência - o que é visível publicamente - e a verdade - a realidade subjacente. A mentira pode distorcer essa relação, criando uma aparência enganosa. Quando fundamentada em mentiras, a política pode comprometer a confiança do público e distorcer a real essência dos acontecimentos. Conforme Costa destaca, o conceito de deixar uma "marca no mundo" está ligado à ação política e a essa questão. Arendt também defende que a ação é a maneira pela qual as pessoas se sobressaem e contribuem para a esfera pública.

¹⁷ O poder político, nesse contexto, se refere à capacidade dos cidadãos de se manifestarem publicamente e exercerem sua influência na esfera política, ou seja, é a capacidade dos cidadãos de influenciar as decisões e ações do Estado, seja através do voto, de protestos, de pressão política ou de outras formas de participação democrática.

Costa aponta a importância da política para a existência da liberdade e sugere que a política só ocorre onde há liberdade, ou seja, onde as pessoas podem aparecer, falar, agir publicamente e exercer seu poder legítimo. Quando essa aparência é condicionada, restrita ou eliminada, a política é desmantelada e a liberdade é negada. Neste cenário, a mentira contribui para a ruína da política, pois distorce a verdade e compromete a confiança e a transparência necessárias para o exercício do poder político. A autora argumenta ainda que a concepção de política é relevante na atualidade, visto que num cenário onde a democracia está ameaçada, é mais importante do que nunca defender o direito das pessoas de participarem no processo político e de tomarem decisões sobre as suas próprias vidas, pois a liberdade é essencial para o exercício do poder e para o desenvolvimento da vida democrática, já que as pessoas têm maior probabilidade de participar no processo político e de responsabilizar o seu governo quando sentem que são livres para o fazer. Quando as pessoas não têm acesso a informações precisas ou se sentem inseguras ou ameaçadas, elas ficam mais propensas a serem influenciadas pela mentira. Dessa maneira, as mentiras podem ser usadas para manipular as pessoas e impedi-las de participar no processo político, bem como podem ser usadas para justificar a violência e a opressão e, em casos extremos, podem até levar ao aumento do autoritarismo.

Hannah Arendt defende que a política só pode se desenvolver em um espaço público onde as pessoas tenham liberdade para aparecer, falar e agir. Ela entende a política como uma esfera de aparecimento e ação, onde os indivíduos se revelam uns aos outros e constroem, coletivamente, o mundo comum. Nesse contexto, a mentira é especialmente danosa, pois ela ameaça a confiança mútua e a possibilidade de ação política coordenada. Arendt destaca ainda que a mentira na política pode levar ao autoritarismo e à violência, à medida que os governantes buscam justificar suas ações com base em narrativas distorcidas da realidade. Dessa forma, a preservação da política e da liberdade está intimamente ligada à defesa da verdade e à rejeição da mentira.

Ao discutir a questão da negação da verdade, mesmo diante de fatos e provas que confirmam a realidade como ela é, Costa (2021, p. 87) concorda com Arendt ao afirmar que o mal extremo está na destruição do senso comum, que é o que nos possibilita construir uma realidade intersubjetiva. De acordo com Costa, as falsidades disseminadas pelos regimes totalitários diferem das mentiras habituais dos regimes não totalitários em situações de emergência, uma vez que negam repetidamente a relevância dos fatos. Nesse contexto, todos os fatos podem ser alterados e todas as mentiras podem se tornar verdades. O condicionamento da mente alemã durante o regime nazista exemplifica essa lógica, em

que a realidade se tornou uma mistura de eventos e *slogans* em constante mudança, onde algo pode ser verdadeiro hoje e falso amanhã. Esse condicionamento resulta na falta de capacidade ou vontade de distinguir entre fato e opinião, em vez de uma doutrinação direta. Essa lógica de fabricação de mentiras é aplicada não apenas pelos países em relação a seus inimigos externos, mas também em relação ao público interno. Mesmo as sociedades livres ou democráticas não estão imunes a esse fenômeno, especialmente com o desenvolvimento da sociedade de massas e o papel da propaganda na orientação das mentes e ações individuais, onde a adesão coletiva à mentira tem implicações significativas. Frente esse cenário, Arendt argumenta que a substituição completa e coerente da verdade dos fatos por mentiras resulta não apenas na aceitação dessas mentiras como verdade, mas também na difamação da verdade como mentira, que resulta em um processo de destruição do sentido que nos orientamos no mundo real, incluindo a própria distinção entre verdade e falsidade.

Costa (2021, p. 88), ao desenvolver sua tese sobre a necessidade de resgatar a realidade e a verdade, parte da reflexão crítica de Hannah Arendt sobre a política e a verdade, destacando a contradição intrínseca entre a natureza efêmera da ação política e a estabilidade que a verdade oferece. E entre os principais pontos de sua abordagem, Costa reconhece que a política é composta por ações humanas que são, por sua natureza, voláteis e contingentes. Em contraste, a verdade se afirma como uma necessidade coercitiva, que busca estabilidade e certeza. Essa tensão entre a incerteza da política e a certeza da verdade é central para sua análise. Costa argumenta ainda que, apesar da política não poder aspirar à mesma estabilidade que a verdade, é crucial resgatar um espaço onde a verdade possa existir, que implica reconhecer a verdade como um elemento essencial para a vida política, pois ela fornece um horizonte comum que permite o surgimento de aparências e ações significativas. Sobre a esfera pública, Costa enfatiza a necessidade de criar e manter uma esfera pública robusta, onde a liberdade de pensamento, discurso e ação possa florescer. Essa esfera é vital para que os cidadãos possam se engajar em diálogos significativos e construir um espaço coletivo baseado na realidade compartilhada. Quanto a distinção entre verdade e mentira, Costa afirma que a recuperação dessa distinção é fundamental para a saúde da esfera pública e defende que a clareza sobre o que é verdadeiro e o que é falso é necessária para garantir a confiança e a coesão social. E sobre a ação coletiva, para Costa, a salvação do mundo depende do esforço conjunto para ressignificar as ações e ocupar os espaços públicos. Isso envolve um compromisso ativo de todos os cidadãos em buscar a verdade e promover um debate

honesto, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Dessa maneira, Costa propõe que, para enfrentar os desafios contemporâneos, é imprescindível resgatar a realidade e a verdade como fundamentos da ação política, promovendo uma esfera pública onde a liberdade e a responsabilidade possam coexistir.

5. CONCLUSÃO

O ideal é que todas as sociedades fossem perfeitas, como aquela imaginada pelo filósofo Tommaso Campanella¹⁸, que se caracterizava por ter uma vida social extremamente organizada, em que tudo era minuciosamente planejado e os indivíduos usavam a razão para regular suas vidas. No entanto, a realidade é muito distante desse cenário utópico.

Como abordamos, a mentira tem uma função crucial no cenário político, sendo frequentemente empregada como um recurso estratégico para a preservação do poder e a manipulação da opinião pública. Autores como Hannah Arendt, Gloria Álvarez, Axel Kaiser, Eric Hoffer e Sergei Tchakhotine nos auxiliaram a entender a forma como a falsidade se insere no tecido político, desvendando suas dinâmicas delicadas e complexas.

Arendt nos recordou que a mentira é intrínseca ao ser humano, pois está fortemente vinculada à nossa habilidade de agir e de iniciar algo novo. Portanto, a mentira política não deve ser simplesmente eliminada, mas sim entendida e confrontada de maneira responsável e crítica. Por outro lado, Álvarez e Kaiser nos instigaram a ponderar sobre a conexão entre a manipulação política e a liberdade individual, demonstrando como a mentira pode ser empregada para restringir o exercício da autonomia e responsabilidade dos indivíduos.

Hoffer e Tchakhotine nos auxiliaram a compreender a função da mentira na formação de identidades coletivas e na mobilização de massas, mostrando como a propaganda e o fanatismo podem se nutrir da distorção da realidade. Neste cenário, a figura do "inimigo", discutida por Carl Schmitt, adquire importância, uma vez que a construção de um "outro" ameaçador é frequentemente empregada como tática para unir e dominar a população.

Neste estudo, também analisamos as reflexões de pensadores como Marta Nunes da Costa, Noam Chomsky e Edward S. Herman para estabelecer conexões com os

¹⁸ Campanella descreve a Cidade do Sol como uma sociedade - utópica - ideal governada pela razão e pela ciência, onde a igualdade, a propriedade comum e a harmonia entre as pessoas são priorizadas. Sob a liderança de um príncipe-sacerdote, a razão, a organização e a comunhão são fundamentais.

conceitos de Hannah Arendt. Para tal, focamos na importância da verdade e da mentira na política e como tais atributos afetam a percepção do público e a liberdade. De acordo com Hannah Arendt, a mentira é um recurso político empregado para dominar a narrativa pública e distorcer a realidade. Ela destaca que a verdade é fundamental para a liberdade, uma vez que a sociedade não consegue tomar decisões inteligentes sem uma fundamentação factual. Marta Nunes da Costa, ao declarar que a política é fundamental para a liberdade, reforça essa concepção. Ela defende que quando o governo autoritário emprega a mentira como tática, destrói a liberdade ao forjar uma realidade alternativa que serve aos propósitos do poder. Noam Chomsky e Edward S. Herman analisam a ideia de "fabricação do consentimento", que se refere ao procedimento em que a mídia e outras entidades filtram e manipulam informações com a finalidade de moldar a opinião do público. Esta publicidade gera uma perspectiva distorcida da realidade que favorece os interesses das classes dominantes. Ao unir essas visões, o conceito central é que a distorção da realidade através da mentira e da propaganda é uma tática eficaz empregada por governos autoritários e elites para controlar a sociedade. Essa manipulação, ao impedir que as pessoas adquiram informações confiáveis, impedindo-as de tomar decisões conscientes e independentes, prejudica a liberdade individual e coletiva. Assim, a batalha pela verdade é crucial para preservar a liberdade. Arendt nos instrui que a luz da verdade é a resposta à obscuridade da manipulação. É por meio da incessante procura pela verdade que conseguiremos enfrentar as forças que buscam distorcer a realidade em proveito próprio. Considerando a seriedade da mentira política e seus efeitos prejudiciais para a liberdade, justiça e a própria existência do espaço público, é crucial ponderar sobre métodos e táticas que possam ser empregados para enfrentar essa questão.

A ponderação acerca da conexão entre a magnitude idealizada e as falhas humanas é um tema crucial na análise política e ética. Quando um indivíduo se considera grandioso e perfeito, costuma depositar suas expectativas em líderes e sistemas políticos, construindo uma idealização que, na realidade, é inalcançável. Essa decepção pode provocar respostas emocionais e injustas, particularmente quando os líderes não conseguem atender a essas expectativas. Em suas obras, Hannah Arendt destaca a relevância da honestidade e da responsabilidade na esfera política. Ela argumenta que a decepção política, quando os cidadãos percebem que seus líderes não são os salvadores que eles esperavam, pode resultar em duas reações principais: a apatia ou a procura por soluções mágicas. A apatia surge do desencanto, quando os indivíduos se distanciam da esfera política, com a crença de que nada pode ser alterado. Contudo, a procura por

soluções mágicas pode levar à aceitação de líderes carismáticos que se valem da manipulação e da mentira para seduzir o público. De acordo com Arendt, a manipulação das massas é arriscada, pois se nutre da decepção e da ausência de crítica. Quando indivíduos se sentem enganados por líderes que não honram seus compromissos, podem se tornar suscetíveis a discursos simplistas que propõem soluções simples para questões complexas. Esta dinâmica pode resultar na erosão da democracia e no surgimento de regimes autoritários, nos quais a verdade é modificada para atender a interesses individuais ou de grupos específicos. Segundo Arendt, a dignidade humana está intrinsecamente associada à procura da verdade, mesmo que essa verdade cause desconforto. A integridade na política vai além de uma mera questão ética, sendo um requisito essencial para o bom funcionamento das instituições democráticas. Quando os líderes são transparentes e responsáveis, eles fomentam um ambiente onde os cidadãos têm a oportunidade de se envolver de maneira ativa na discussão política, auxiliando na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, a noção de que uma política saudável exige integridade e responsabilidade é essencial. A procura pela verdade, mesmo diante da decepção e da imperfeição, é o que possibilita às pessoas preservarem sua dignidade e participação cívica. No final das contas, a política deve ser um ambiente de diálogo e reflexão, onde a honestidade não só é apreciada, mas também é percebida como um alicerce crucial para a formação de uma sociedade mais resiliente e ciente de suas próprias limitações.

Para ter uma participação política ativa, é crucial que os cidadãos implementem ações que fomentem uma educação política sólida e crítica, com o objetivo de encontrar a verdade no cenário político e assim reconhecer a falsidade na política (1) fomentar uma educação política robusta e crítica, habilitando os cidadãos a reconhecer e contestar discursos e histórias fraudulentas, pois detectar algo como "enganoso" requer a aplicação de alguns critérios essenciais, como a verificação dos fatos, que envolve a busca de fontes fiáveis, dados e provas que confirmem ou contradigam a narrativa; (2) examinar se a argumentação segue uma lógica consistente, já que divergências ou falhas na lógica podem sugerir que a informação é manipulada ou fraudulenta; (3) levar em conta o contexto no qual a informação é fornecida, pois dados podem ser distorcidos ao serem removidos de seu contexto original, resultando em interpretações errôneas; avaliar a intenção por trás da mensagem, porque se o objetivo parece ser manipular, desinformar ou polarizar, isso pode ser um indicativo de engano; (4) avaliar a confiabilidade das fontes, já que aquelas com um histórico de desinformação ou inclinação ideológica podem

indicar que a informação é fraudulenta; (5) criar uma atitude crítica que questione as informações recebidas, levando em conta diversas visões e evitando a aceitação passiva de narrativas; e (6) verificar se existe um acordo entre especialistas em um tema específico, pois informações que divergem significativamente do entendimento científico ou acadêmico podem ser vistas como falsas. Além disso, é essencial reforçar a liberdade de imprensa e o trabalho de meios de comunicação independentes e dedicados à investigação aprofundada dos acontecimentos. A liberdade de imprensa é um alicerce essencial das democracias modernas, garantindo a transparência e a *accountability*¹⁹ dos poderes públicos. No entanto, a realidade atual revela um cenário preocupante, caracterizado pela crescente concentração da mídia em mãos de poucos conglomerados e pela disseminação de desinformação. A pluralidade de vozes é essencial para o debate democrático, porque permite que diferentes perspectivas sejam ouvidas e que a sociedade possa formar opiniões fundamentadas. Contudo, a repressão a jornalistas independentes e a hostilidade contra a crítica têm se intensificado, comprometendo a integridade do jornalismo e, conseqüentemente, a saúde democrática. Essa situação não apenas enfraquece a capacidade de fiscalização do Estado, mas também alimenta a polarização social, criando um ambiente propício para a manipulação da informação e a erosão das liberdades civis. Esses atores desempenham um papel fundamental na fiscalização das ações governamentais e na exposição de eventuais mentiras e distorções promovidas por agentes políticos. Em vista disso, é importante garantir a proteção dos jornalistas e o acesso à informação pública. Outra estratégia importante é o fomento de uma cultura de transparência e prestação de contas (*accountability*) no âmbito das instituições políticas, que envolve a criação e o fortalecimento de mecanismos que permitam o escrutínio público das ações governamentais, como ouvidorias, comissões de ética e tribunais de contas. A promoção de uma cultura de transparência e *accountability* nas instituições políticas é essencial para a consolidação da democracia e a proteção dos direitos dos cidadãos. Contudo, o aparelhamento entre instituições privadas e públicas pode comprometer seriamente essa dinâmica, uma vez que interesses particulares podem sobrepor-se ao bem comum, visto que quando entidades privadas exercem influência indevida sobre decisões governamentais, como em casos de *lobby* não regulamentado ou financiamento de campanhas eleitorais, há um risco significativo de captura do Estado.

¹⁹ Conjunto de processos, procedimentos e valores atrelado a um ideal de responsabilização e de controle dos governos, que se realiza nas condições de regimes políticos democráticos. (Pedro Nascimento, 2021)

Esse fenômeno resulta na elaboração de políticas que atendem a interesses corporativos em detrimento das necessidades da população, minando a confiança nas instituições. Mecanismos como ouvidorias, comissões de ética e tribunais de contas são fundamentais para mitigar essas práticas, promovendo a fiscalização e assegurando que as ações governamentais sejam transparentes e responsivas. Dessa forma, eventuais mentiras e desvios de conduta poderão ser mais facilmente identificados e punidos, preservando, assim a integridade do processo democrático e a efetividade da governança. Adicionalmente, é essencial promover o diálogo e o debate público pautados no respeito mútuo e no compromisso com a verdade, que requer o fortalecimento de espaços de discussão política, como audiências públicas, conselhos participativos e fóruns de debate, nos quais os cidadãos possam expor suas perspectivas e confrontá-las de maneira construtiva. A responsabilização judicial dos políticos envolvidos na disseminação de mentiras e manipulação da realidade é outra questão que merece atenção, pois é uma estratégia importante para combater esse fenômeno. O estabelecimento de sanções claras e efetivas para tais condutas pode atuar como um elemento dissuasório e reforçar a noção de que a mentira na política é inaceitável. As soluções possíveis para esses problemas incluem: fortalecer os sistemas de *check and balances*²⁰ (freios e contrapesos) e estabelecer controle externo sobre os atos governamentais, para limitar o abuso de poder e garantir a prestação de contas; estimular o diálogo e o entendimento mútuo entre diferentes grupos sociais, superar a polarização e construir consensos em torno de soluções para problemas complexos; aumentar a autonomia e a imparcialidade das instituições de supervisão e controle, como tribunais, Ministério Público, para que possam agir de forma eficaz na responsabilização dos funcionários públicos.

Arendt sustenta que a busca pela verdade é essencial para a dignidade humana, mesmo em tempos de crise, pois é uma questão de responsabilidade cívica, visto que devemos enfrentar os fatos como eles são, em vez de tentar distorcê-los para adaptá-los à

²⁰ "*Checks and Balances*" consiste na divisão de poder entre diferentes órgãos do governo, impedindo que qualquer um deles se torne excessivamente poderoso. No Brasil, esse princípio é aplicado através da separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um com suas próprias atribuições e a capacidade de controlar os outros. Por exemplo, o Congresso Nacional pode aprovar leis, mas o Presidente pode vetar. O Judiciário pode declarar leis inconstitucionais e o Ministério Público pode investigar e processar crimes cometidos por membros de qualquer um dos poderes. Esse sistema de freios e contrapesos é essencial para a democracia, pois ajuda a garantir que nenhum poder abuse de sua autoridade e que os direitos dos cidadãos sejam protegidos, promovendo a justiça e a igualdade. Esse princípio divide o poder governamental de modo a evitar a concentração excessiva de autoridade em uma única instituição, o que é fundamental para o bom funcionamento da democracia. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8040-freios-e-contrapesos>. Acesso em: 12 set. 2024.

nossa narrativa. Diante dessa constatação da autora, entendemos que a busca pela verdade não é apenas um imperativo ético, mas uma responsabilidade cívica que fundamenta a dignidade humana. Em um contexto em que narrativas distorcidas proliferam, se faz necessário enfatizar a importância da objetividade e da verificação factual, pois a manipulação da verdade compromete não apenas a integridade das instituições democráticas, mas também a capacidade dos cidadãos de deliberar e agir de maneira informada. Assim, a defesa da verdade se torna um pilar essencial para a construção de uma sociedade justa, onde o diálogo e a participação cidadã são nutridos pela clareza e pela honestidade. A responsabilidade coletiva de enfrentar os fatos em sua essência é, portanto, um dever que transcende a mera retórica, configurando-se como uma condição *sine qua non* para a saúde da democracia.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Gloria; KAISER, Axel. **O embuste populista: como os países da América Latina arruinaram-se e como resgatá-los**. Trad. Lucas Ribeiro. São Paulo: LVM, 2019. (Digitalizado)

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. Trad. José Volkmann, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo, 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. (Digitalizado)

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo, 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (Digitalizado)

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002. (Digitalizado)

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Hannah Arendt**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Hannah-Arendt>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Eric Hoffer**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Eric-Hoffer>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Noam Chomsky**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Noam-Chomsky>. Acesso em 12 set. 2024.

CAMPANELLA, Tommaso. **Cidade do Sol**. Versão para pdf por Marcelo C. Barbão,

2002. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000430.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024. (Digitalizado)

CHOMSKY, Noam; HERMAN E. S. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 1988. (Digitalizado)

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Os editores. **Freios e contrapesos**. Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <https://www.cntp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8040-freios-e-contrapesos>. Acesso em: 17 ago. 2024.

COSTA, Marta Nunes da. **Despotismos democráticos**. São Paulo: Liber Ars, 2021.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**. Trad. Viriato Soromenho-Marques e João C. S. Duarte, 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. (Digitalizado)

HOFFER, Eric. **Fanatismo e Movimentos de Massa**. Trad. Sylvia Jatobá. Rio de Janeiro: Lidador, 1968. (Digitalizado)

KOYRÉ, A., & Rios Alves Nunes da Costa, M. (2019). Reflexões sobre a mentira. **In: Eleutheria** - Revista Do Curso De Filosofia Da UFMS, 4(6). p. 177 – 192. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/7979>. Acesso em: 11 ago. 2022. (Digitalizado)

NASCIMENTO, Pedro *et al.* Corrupção No Poder Executivo Federal: A Atuação Do Poder Legislativo Importa?. **In: Anais do Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política**. Anais. Belo Horizonte-MG, UFMG, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viifbcp/447107-corrupcao-no-poder-executivo-federal--a-atuacao-do-poder-legislativo-importa>. Acesso em: 21 maio de 2024. (Digitalizado)

PLATÃO. **A República**. Trad. Pietro Nassetti, 2ª Ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Digitalizado)

SCHMITT, Carl. **O conceito do político - Teoria do Partisan**. Trad. Geraldo de Carvalho, Belo Horizonte: Del Rey, 2009. (Digitalizado)

TCHAKHOTINE, Sergei. **A mistificação das massas pela propaganda política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Digitalizado)